



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

PAULO HENRIQUE DE ASSIS

**A IMPORTÂNCIA DO ESTADO NO PROCESSO DE
CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
GOIANO: 2003 a 2013.**

Brasília – DF

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

ASSIS, Paulo h.

A importância do Estado no Processo de Crescimento e Desenvolvimento Econômico Goiano: 2003 a 2013/Paulo H. de Assis, Cidade: Universidade de Brasília, Orientador (a) : Professora Pós-doutora Fátima de Souza Freire, 2019. 55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Cidade-Estado, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento. 2. Crescimento. 3. Políticas Públicas.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^ª. Dr^ª. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Prof^ª. Dra. Fátima de Souza Freire

PAULO HENRIQUE DE ASSIS

**A IMPORTÂNCIA DO ESTADO NO PROCESSO DE CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GOIANO: 2003 a 2013.**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à
obtenção do certificado de especialista (*lato
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor(a) Orientador(a): Pós-doutora,
Fátima de Souza Freire.

Brasília – DF

2019

PAULO HENRIQUE DE ASSIS

**A IMPORTÂNCIA DO ESTADO NO PROCESSO DE CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GOIANO: 2003 a 2013.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Paulo Henrique de Assis

Pós-doutora, Fátima de Souza Freire

Professor-Orientador

Prof. Especialista, Valdemir Regis Ferreira
de Oliveira

Professor-Examinador

Anápolis, 27 de abril de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me propiciou força, saúde, vontade e energia para poder chegar até aqui.

Agradeço a minha família e amigos pelo incentivo e encorajamento para concluir este curso.

Agradeço a todos os professores e funcionários deste curso que me apoiaram, incentivaram e orientaram na caminhada até aqui, me fazendo em muitos momentos de crise olhar adiante.

Agradeço à minha Orientadora Fátima de Souza Freire por gentilmente ter me ajudado e auxiliado no decorrer deste trabalho.

Enfim, muito obrigado a todos que me apoiaram em mais esta jornada!

A IMPORTÂNCIA DO ESTADO NO PROCESSO DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GOIANO: 2003 A 2013.

Paulo Henrique de Assis¹

Resumo

Este trabalho faz uma analogia sobre o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás, sob o ponto de vista do crescimento e desenvolvimento econômico do Estado. Analisa-se o desenvolvimento e crescimento econômico do Estado entre os anos de 2003 e 2013, quando este passava por um processo de transformação, a partir do processo de inovação tecnológica, modernização do campo e expansão das plantas industriais em seu território. O trabalho, evidencia os acontecimentos e fatos históricos que favoreceram a fase de transição e desenvolvimento econômico goiano, que coincidi com as políticas do governo federal direcionadas para melhoria de infraestrutura das vias de acesso à capital federal, está situada dentro do território do goiano. Com a transferência da nova capital federal e da nova capital goiana concretizada, intensifica-se através da criação de políticas públicas com cunho desenvolvimentista, com o objetivo de promover o processo de crescimento e desenvolvimento do Estado. O processo de crescimento e desenvolvimento goiano, acontece a partir da criação de políticas públicas de incentivos fiscais desenvolvidas pelo governo estadual, com o objetivo de atrair investimentos para o Estado. As inovações tecnológicas e modernização da agricultura transforma a economia goiana favorecendo assim o desenvolvimento e crescimento econômico do Estado, resultando desta forma na maior participação do Estado na dinâmica econômica brasileira.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Crescimento. Políticas Públicas.

THE IMPORTANCE OF THE STATE IN THE GROWTH AND ECONOMIC DEVELOPMENT PROCESS GOIANO: 2003 TO 2013.

Paulo Henrique de Assis¹

ABSTRACT

This work makes an analogy about the economic development of the State of Goiás, from the point of view of the growth and economic development of the State. The development and economic growth of the State is analyzed between 2003 and 2013, when it underwent a process of transformation, from the process of technological innovation, modernization of the field and expansion of industrial plants in its territory. The work, which highlights the events and historical events that favored the transition phase and economic development in Goiás, coinciding with the federal government's policies aimed at improving the infrastructure of the access roads to the federal capital, is located within the Goian territory. With the transfer of the new federal capital and the new Goiás capital, it is intensified through the creation of development-oriented public policies, with the aim of promoting the process of growth and development of the State. The process of growth and development in Goiás comes from the creation of public policies of fiscal incentives developed by the state government, with the objective of attracting investments for the State. Technological innovations and modernization of agriculture transform the economy of the country, thus favoring the development and economic growth of the State, resulting in greater participation of the State in the Brazilian economic dynamics.

Keywords: Development. Growth. Public Policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estado de Goiás: Produto Interno Bruto, taxa de crescimento e participação no PIB do Brasil - 2003-2013.....	40
Tabela 2 – Estado de Goiás: Produto Interno Bruto per capita – 2003 – 2013.....	41
Tabela 3 – Goiás: Participação das atividades econômicas goiana no PIB nacional – 2003 – 2013.....	42
Tabela 4 – Estado de Goiás: Balança comercial – 2003 – 2013.....	43
Tabela 5 - Estado de Goiás: Índice de Desenvolvimento Humano por unidade de federação - 1991, 2000, 2010.....	44-45
Tabela 6 – Índice de Gini da distribuição de Produto Interno Bruto a preços correntes - Goiás - 2010-2013.....	46
Tabela 7 - Estado de Goiás: Saldo do Emprego Formal, segundo setores de atividade econômica - 2003-2013.....	46
Tabela 8 – Goiás – Rendimento médio (R\$) – 2003 – 2013.....	47
Tabela 9 – Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Taxa de fecundidade total – 2003 – 2013.....	47
Tabela 10 – Estado de Goiás: Taxa Bruta de Mortalidade -2003 - 2013.....	48
Tabela 11 – Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Mortalidade infantil – 2003-2013.....	48
Tabela 12 – Estado de Goiás: Esperança de vida ao nascer – 2003 a 2013.....	48
Tabela 13 – Estado de Goiás: Domicílios particulares permanentes (moradia) – 2003 a 2013.....	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
2.1. Conceito de Estado e Desenvolvimento Econômico.....	14
2.2. O papel do Estado na economia.....	15
2.2.1. O desenvolvimento econômico a partir do crescimento econômico e mudança estrutural....	20
2.2.2. O Institucionalismo e suas contribuições para o processo de crescimento econômico.....	24
2.2.3. As complementariedades do institucionalismo.....	25
2.2.4. A defesa ao novo institucionalista.....	25
2.2.5. O papel das Instituições no processo de desenvolvimento.....	26
3. UM BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GOIANO	27
3.1. O início do processo de desenvolvimento goiano.....	27
3.2. Intervenção estatal e as políticas públicas.....	30
3.2.1. O impacto da construção da capital federal em território goiano.....	33
3.3. As transformações da estrutura produtiva goiana.....	34
4. O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO GOIANO	36
4.1. Breve histórico das políticas de incentivos fiscais do desenvolvimento econômico.....	36
4.2. Indicadores econômicos: PIB – PIB per capita – Balança comercial.....	38
4.2. Indicadores Sociais.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo estudar o papel do Estado no processo de desenvolvimento e crescimento econômico de Goiás, o qual migra de um modelo agrário familiar, para o desenvolvimento de uma indústria de transformação, com o aumento dos valores correntes do PIB do estadual e a participação expressiva na composição do PIB da economia brasileira.

Qual o papel do Estado no processo de crescimento e desenvolvimento econômico goiano entre 2003 e 2013 e como Goiás reagiu às transformações ocorridas neste período crescimento e desenvolvimento do Estado entre os anos de 2003 e 2013? Este é o problema que este trabalho se propõe a responder.

Em resposta a este problema se analisado os resultados do PIB, PIB *per capita*, indicadores sociais como IDH-M, Habitação, Mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer, geração de empregos, entre os anos de 2003 e 2013 em Goiás.

Verifica-se neste cenário de desenvolvimento o surgimento de conflitos e desafios no decorrer do processo do desenvolvimento econômico, a superação destes conflitos e desafios leva a economia goiana a etapas diferenciadas no processo de desenvolvimento econômico do Estado. Mas a falta de estrutura para instalação dos complexos industriais, falta de malhas rodoviárias com qualidade para escoamento da produção, dificultam a distribuição geográfica do processo no território.

Portanto o processo de desenvolvimento econômico goiano revela a importância de uma economia dinâmica e de interação entre as microrregiões do Estado, a qual a distribuição dos recursos e desenvolvimento igualitário, levaria ao condicionamento natural do desenvolvimento econômico

O território goiano está dividido em 18 microrregiões Geográficas: Anápolis, Anicuns, Aragarças, Catalão, Ceres, Chapada dos Veadeiros, Entorno de Brasília, Goiânia, Iporá, Meia Ponte, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois e Vão do Paranã. As características de cada microrregião intensificam a competição para atrair investimentos que possam extrair o melhor de cada local. Os incentivos fiscais e subsídios oferecidos pelos municípios visam as instalações dos complexos industriais em suas microrregiões (IMB, 2014), em busca de crescimento e desenvolvimento econômico.

Assim, o processo de desenvolvimento econômico gerou mudanças no Estado, levando a uma nova dinâmica das cidades devido êxodo rural e a competição para atrair os investimentos segundo as características de cada Microrregião do Estado.

Com o intuito de analisar o processo de desenvolvimento econômico em Goiás este trabalho apresenta uma análise aos problemas e conflitos gerados pelo processo de desenvolvimento econômico do Estado, a partir da concentração econômica de algumas de suas microrregiões do Estado. Assim há a necessidade de compreender o processo de desenvolvimento que impulsionado com o processo de industrialização conseguem alçar o desenvolvimento de algumas e outras não.

O objetivo geral desta monografia é analisar o papel do Estado no processo de crescimento e desenvolvimento econômico goiano. Os objetivos específicos são: a) relacionar o processo de desenvolvimento econômico do Estado e o processo desenvolvimento industrial do Estado; b) verificar se as políticas fiscais favoreceram o desenvolvimento industrial no Estado; c) comentar aspectos do processo de crescimento e desenvolvimento econômico do Estado.

A partir de meados da década de 1930, o processo de migração do campo para as cidades do Estado inicia-se, conseqüentemente inicia-se o processo de urbanização das cidades do Estado, com a migração de milhares de pessoas do campo para as cidades. Com o processo de migração das pessoas do campo para a cidade, há a necessidade de uma política de desenvolvimento da infraestrutura das cidades para comporta as pessoas e oferecer a elas uma melhor qualidade de vida na zona urbana.

Como consequência do êxodo rural: a melhorias de infraestrutura para atender a população das cidades, a aumento do comércio local para atender às necessidades básicas da população, a início do processo de industrialização do Estado, o qual proporcionará aos indivíduos renda para custeio de suas necessidades. O processo de formação industrial em Goiás inicia-se tendo como ponto forte o agronegócio buscando a exploração ao máximo dos recursos disponíveis no território.

A partir de 1960, o processo de desenvolvimento econômico do Estado intensifica-se com a política de criação de “polos industriais”, a Microrregião de Goiânia, posteriormente de Anápolis foram as primeiras a receberem os primeiros complexos industriais. Essas cidades foram as pioneiras no recebimento dos primeiros complexos industriais em Goiás. Em paralelo ao cenário de desenvolvimento da economia goiana, as cidades e municípios vizinhos absorvem

os reflexos do processo de desenvolvimento econômico e estrutural que acontecia nestas cidades.

Segundo Kuznets (1955), a desigualdade é determinada pelo deslocamento da força de trabalho de um setor para outro. A desigualdade aumentaria quando houvesse transferência da força de trabalho de um setor com baixa produtividade para ou outro com muita produtividade. Mas a desigualdade diminuiria a partir do momento em que a maioria da força de trabalho estivesse alocada somente no setor de maior produtividade.

Para a realização deste trabalho será desenvolvida pesquisa de caráter bibliográfico considerando o tema de crescimento e desenvolvimento econômico goiano de 2003 a 2013.

Os modelos desenvolvidos a partir das teorias tendem a ser utilizados como interpretação de forma descritiva, para conceitualização e posicionamento referente as teses e meios adotados para interpretação dos conteúdos, onde as deduções hipotéticas tendem a questionar tais cenários observados em meio a uma economia de desenvolvimento em meio a conflitos fiscais, econômicos e sociais.

A análise de dados se dará a partir do método quantitativo (coleta de dados estatísticos), para entendimento e explicação dos acontecimentos no decorrer do processo de desenvolvimento econômico para se compreender a evolução do desenvolvimento econômico goiano.

Para se atingir os objetivos propostos, este trabalho está estruturado com uma introdução, três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo busca analisar o papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico de uma determinada economia; o segundo capítulo contextualiza o processo histórico de desenvolvimento econômico de Goiás; o terceiro capítulo analisa os dados e indicadores econômicos de 2003 a 2013, com objetivo de compreender o processo de desenvolvimento econômico goiano, e por último considerações finais expondo os resultados e conclusões das informações expostas no decorrer deste trabalho.

2 O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1 Conceito de Estado e Desenvolvimento Econômico

Para entender-se os conceitos de Estado e Desenvolvimento Econômico é necessário distinguir-se os dois termos Estado e sociedade.

O Estado é o agente regulador das relações internas, entre as classes e os indivíduos, quantos nas externas, entre os organismos sociais superiores, que, por sua vez geram o Estado, que segundo Corazza, 1986, com função muito simples no começo, e, hoje, extremamente complicada.

A sociedade em termos gerais da palavra é “agregado humano permanente, constituído por condições históricas, necessidades e interesses, de ordem moral quanto econômica. As relações entre os indivíduos dessa sociedade família, comércio, indústria, religião, costumes e valores são manifestações da vida em sociedade. Estas manifestações podem variar de maneiras diversas, na busca de conservar e harmonizar a relação entre os indivíduos, assim há a necessidade de criar um agente regulador do organismo social, para sua própria segurança e desenvolvimento, o Estado.

Para BRESSER PEREIRA (2008), “o desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população”.

Para o autor, a medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade; já os níveis comparativos de desenvolvimento econômico são geralmente medidos pela renda em termos de “paridade do poder de compra” (purchasing power parity – ppp) por habitante porque a renda ou produto do país corrigido dessa maneira avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que a renda nominal. Uma alternativa à avaliação do desenvolvimento econômico de um país através da renda per capita, devido às suas óbvias limitações, é o índice de desenvolvimento humano, que foi um importante avanço, mas não substitui a avaliação anterior, antes a complementa. O desenvolvimento econômico supõe uma sociedade capitalista organizada na forma de um estado-nação onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado coordenando o sistema econômico e um estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora. O desenvolvimento econômico visa atender diretamente um objetivo político fundamental das sociedades modernas – o bem estar – e, apenas indiretamente os quatro outros grandes objetivos que essas sociedades buscam – a segurança, a liberdade, a justiça social

e a proteção do ambiente. Por isso, é importante não confundi-lo com o desenvolvimento ou o progresso total da sociedade que implica um avanço equilibrado nos cinco objetivos.

Ainda segundo BRESSER PEREIRA (2008), dado o fato de que o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais, existe uma longa tradição que rejeita a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico.

Para SCHUMPETER (1961), “o desenvolvimento econômico implica transformações do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura”. Schumpeter usou essa distinção para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria crescimento, e para mostrar a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico.

Para Amartya Sen (1999), cujo nome está ligado à formulação do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), “o desenvolvimento econômico implica a expansão das capacidades humanas e aumento da liberdade”.

2.2 O papel do Estado na Economia

Ninguém pode ignorar o papel crucial das instituições do Estado para o sucesso na produção do desenvolvimento. A história e a teoria do desenvolvimento apoiam a proposição “sem desenvolvimento do Estado, não há desenvolvimento”. A ideia de um Estado desenvolvimentista forte, coloca as instituições públicas competentes, no centro da matriz desenvolvimentista. Infelizmente, traduzir estes conhecimentos básicos em propostas concretas para a construção das instituições do Estado eficaz/eficientes não é nada simples.

Desta forma as reflexões e discussões em relação ao papel do Estado na economia, vem sendo revigoradas pelo enfraquecimento das reformas pró-mercado iniciadas no final dos anos de 1970 e pela retomada do Institucionalismo em suas versões distintas (TAPIA & GIESTEIRA, 2010). É frequente ouvimos tese de que o setor privado é mais eficiente do que o governo e de que, portanto, uma economia em que o mercado opere livremente funciona de forma melhor do que com a atuação governamental. Nas economias capitalistas, essas teses são compartilhadas de forma expressiva por parte da sociedade e dos empresários, e, em muitas situações pelo próprio governo. Então como conciliar essa visão com o fato de que o governo, na prática, tem uma participação importante na economia da maioria dos países?

O mercado é formado por um grupo de compradores e vendedores que interagem entre si, através das trocas de bens e serviços entre estes. Os mercados estão no centro das atividades

econômicas, e em muitos temas discutidos no âmbito das relações econômicas de um determinado território ou região está relacionado ao modo de funcionamento dos mercados. O fato de um crescente dinamismo, incertezas, complexidade, diversidade e interdependência global, o argumento de uma agenda válida e eficaz para aplicação de forma única, enfraqueceu e fragilizou as teorias de auto regulação do mercado.

A teoria tradicional do bem-estar social (welfare economics), em determinadas condições, os mercados competitivos geram a alocação de recursos que se caracteriza pelo fato de que é impossível promover uma realocação de recursos de tal forma que o indivíduo aumente o grau de satisfação, sem que, ao mesmo tempo, isso esteja associado a uma piora da situação de outro indivíduo.

Essa alocação de recursos tem por característica de que ninguém pode melhorar sua situação, sem que, haja algum prejuízo a outros agentes é chamada na literatura de “ótimo de Pareto”. De forma paralela ao conceito, a teoria tradicional ensina que para atingir uma alocação “Pareto eficiente” de recursos não é necessário que exista um “Planejador central”, pois com a livre concorrência, em um mercado no qual as firmas operam de maneira competitiva e procurando maximizar seus lucros, permitiria atingir esse ideal de máxima eficiência (GIAMBIAGI; ALÉM, 2011).

Para a ocorrência desta situação ótima, existe a necessidade de alguns pressupostos: a) a não existência de progresso técnico e b) o modelo de funcionamento de concorrência perfeita, o que implica na dimensão mínima do mercado – as decisões tomadas em relação a quantidade produzida das firmas não impacta o preço de mercado - e de informações perfeitas oriundas dos agentes econômicos. Desta maneira obtemos uma visão idealizada do mercado na forma sistêmica em relação a sua dinâmica.

Ainda Giambiagi; Além (2011), existem algumas circunstâncias conhecidas como “falhas de mercado”, que impedem de ocorrer essa situação de ótimo de Pareto. Essas circunstâncias são representadas por: a) a existência de bens públicos, b) a falha de competição que se reflete na existência de monopólios naturais, c) as externalidades, d) os mercados incompletos, e) as falhas de informação, e f) a ocorrência de desemprego e inflação.

a) A existência de bens públicos.

Os bens públicos são aqueles cujo consumo/uso é indivisível ou “não rival”. Em outras palavras, seu consumo por parte de um indivíduo ou de um grupo social não altera o consumo do mesmo bem pelos demais integrantes da sociedade. Desta forma, todos se beneficiam da produção de bens públicos, mesmo que, eventualmente alguns mais do que os outros. O princípio de “não exclusão” é uma importante característica no

consumo desses bens, pois, dificilmente algum indivíduo não usufrua de um bem público.

É justamente o princípio da “não exclusão” no consumo de bens públicos que torna a solução de mercado ineficaz para a produção necessária, a qual possa atender a demanda da sociedade. É por essa razão que o responsável pela provisão de bens públicos é o Estado, que financia a produção destes bens através da cobrança compulsória de impostos.

b) A existência de monopólios naturais.

Existem setores que se caracterizam pelos retornos crescentes de escala, ou seja, os custos de produção diminuem conforme aumenta-se a produção, este são chamados de detentores de monopólio naturais. No caso de ocorrência do monopólio natural, a intervenção estatal pode tomar duas maneiras distintas: i) Ele pode exercer a função de regulador dos monopólios naturais, a fim de evitar que o forte poder de mercado das empresas seja refletido através preços abusivos repassados aos consumidores, havendo perda de bem-estar da sociedade no geral; ii) outra alternativa, o governo assume a responsabilidade de produção do bem ou serviço referente ao setor caracterizado pelo monopólio real.

c) As externalidades

As situações as quais as ações dos indivíduos implicam em benefícios a outros indivíduos ou firmas da economia são caracterizadas como “externalidades positivas”. Por outro lado, existem as “externalidades negativas, estas correspondem às ações em que determinado agente da economia prejudica os demais indivíduos e empresas. A existência de externalidade justifica a intervenção estatal, que pode ser através de: i) da produção direta ou da concessão de subsídios, gerando externalidades positivas; ii) de multas e impostos, desestimulando externalidades negativas e iii) da regulamentação.

d) Os mercados incompletos

Um mercado é incompleto quando um bem/serviço não é ofertado, ainda que o custo de produção do bem esteja abaixo do preço que os potenciais consumidores estejam dispostos a pagar. Esta falha pode acontecer por que nem sempre o setor privado está disposto a correr riscos, neste caso, a intervenção estatal é importante para a concessão do crédito de longo prazo que possa financiar os investimentos no setor produtivo. As ações dos agentes privados nem sempre são consistentes entre si, é natural que o Estado assuma, eventualmente, uma função coordenadora.

e) As falhas de informação

No caso de falhas de informação, a intervenção do Estado justifica-se devido aos erros do mercado em fornecer informações suficientes para que os consumidores possam tomar suas decisões de forma racional. A importância da intervenção estatal não é limitada apenas pela defesa dos consumidores, o grande objetivo do Estado deve ser torna o fluxo de informação o mais eficiente possível.

f) A ocorrência de desemprego e inflação

O livre funcionamento do mercado não impede a ocorrência de altos de níveis de desemprego e inflação. Assim, justifica-se a ação do Estado na criação de políticas com objetivo de buscar o equilíbrio do funcionamento do sistema econômico o mais próximo do pleno emprego e da estabilidade de preços.

Segundo Mankiw (1999)

“... os mercados fazem bem muitas coisas, mas não tudo...”, isso traz uma justificção para a intervenção do Estado na economia com objetivo de oferecer um maior nível de bem-estar social: “...os governos podem, às vezes, melhorar os resultados de mercado”.

A intervenção estatal na economia acontece de forma a corrigir uma deficiência nas transações feitas entre consumidores e compradores, com objetivo de alcançar o equilíbrio entre partes e a máxima eficiência do mercado.

As alterações na fonte de recursos, na formação de capital, na composição demográfica, tecnologia, qualificação de mão de obra, processo de organizacional e institucional são características marcantes às transformações ocorridas no decorrer do processo de desenvolvimento. A demanda por bens tende a sofrer alterações devido ao novo padrão e distribuição de renda, em tamanho e composição da população, reestruturando os hábitos de consumo e padrão de vida da população.

O processo de desenvolvimento econômico é avaliado a partir do crescimento da renda real nacional de uma economia, bem como a renda per capita em determinados períodos. O desenvolvimento econômico resulta do impacto de forças da sociedade, que geram transformações e mudanças nas variáveis econômicas que compõe um período de dinamismo econômico de determinada economia.

Assim, o processo de desenvolvimento econômico é o processo pelo qual há uma variação positiva nas “variáveis quantitativas”, ou seja, o crescimento econômico acontece a partir da inter-relação entre fatores como PIB, Renda per capita, desemprego, desenvolvimento tecnológico, etc. O conceito de desenvolvimento econômico está relacionado ao impacto que

as forças atuantes na economia podem promover nas variáveis quantitativas, de acordo com a oferta de fatores de produção e a estrutura de demanda para os produtos.

A mudança na oferta de fatores ocorre quando há descoberta adicional de recurso como: acumulação de capital, crescimento populacional, melhorias no processo produtivo e técnicas utilizadas. Já as mudanças na estrutura de demanda por produtos acontecem a partir do: crescimento demográfico, novos padrões de vidas, aumento do nível de renda e distribuição da mesma.

O processo de desenvolvimento interage com as intervenções estatal, podendo ser analisado de dois pólos distintos: as intervenções que acontece com o objetivo de promover as mudanças estruturais necessárias para o desenvolvimento, do outro lado, aqueles que interpretam as ações do Estado como obstáculo ao desenvolvimento devido aos muitos fracassos ao executar planos de ações anteriores (BRUM; MOURA, 2014).

O Estado nestas circunstâncias assume papel enfático de busca o equilíbrio e pleno funcionamento da economia. Uma economia com mercado estruturado resulta em importantes apontamentos nos índices econômicos, que elevam o nível de confiança dos investidores, os investimentos passam então a agregar valores aos indicadores econômicos e sociais os quais são analisados para definir se um país é desenvolvido ou está em desenvolvimento.

A teoria de modernização diz que o crescimento econômico gera desenvolvimento, existindo desta forma efeitos positivos para toda população, subentendendo então desenvolvimento com crescimento. Essa teoria tem como princípio a observação do indicador de renda monetária, para validar avaliar as melhorias sociais e não dos processos econômicos (SILVA, 2010).

Segundo Furtado (1969), o dinamismo econômico ocorrido na América Latina entre as décadas de 50 e 70 associada a um forte processo de “desintegração socioeconômica”, elevou o nível da renda nacional apesar de baixos níveis de equidade. A ênfase no processo de industrialização pode explicar a elevação do nível de renda nacional com foco principal ao desenvolvimento. Em outras palavras, o sinônimo de desenvolvimento seria industrialização, assim o processo de modernização da sociedade através das inovações tecnológicas resulta em melhorias de materiais e transformações nas relações sociais.

Portanto, há uma inter-relação entre desenvolvimento, industrialização e o conceito de modernização, isto é, a modernização está ligada ao processo técnico direcionando assim a uma homogeneização social. A característica sobre a concepção do subdesenvolvimento associado à industrialização se limita somente ao indicador de renda monetária dos indivíduos, sendo que a equidade não se limita somente a este indicador.

O entendimento de desenvolvimento trás o sentido de modernidade. A visão de generalizada e essencialista de desenvolvimento faz com que se perca a dimensão e as estratégias alçadas para busca do desenvolvimento e as instituições passam a incorporar a ação do Estado. Embora exista diferentes concepções sobre o papel do Estado no processo de desenvolvimento, a perspectiva mais comum de análise sobre desenvolvimento parte do papel central ao qual o Estado desempenha, apesar de incertezas e de ideias neoliberais da livre atuação das forças de mercado, o Estado ainda é referência para se atingir funções primordiais no processo de desenvolvimento.

2.2.1 O Desenvolvimento econômico a partir do crescimento econômico e mudança estrutural

Não existe um modelo fixo e universal de como construir um estado desenvolvimentista; no século 21 os estados desenvolvimentistas vão recorrer a exemplos de outras regiões e a outros períodos históricos, bem como a teorias gerais de desenvolvimento, mas a importação irrefletida de modelos prontos tem probabilidade de falhar/são susceptíveis de falhas. A abordagem de “cortador de biscoito” de construção de Estados desenvolvimentistas – assumindo “um tamanho único para todos” – irá falhar da mesma forma que a neoliberal, as abordagens “um tamanho único para todos” e “cortador de biscoito” para a construção de mercados eficientes falharam. O sucesso na construção de um Estado desenvolvimentista deve ser um processo continuamente reflexivo, do tipo “learning by doing”/aprendendo fazendo. Somente o processo flexível e criativo de exploração e experimentação que dedica atenção especial para os pontos de partida institucional local será bem-sucedido.

Praticantes da “nova teoria do crescimento” usam evidências econométricas para apoiar a proposição de que o crescimento depende essencialmente do capital humano e de ideias, e das instituições que incentivam a sua utilização eficaz. Economistas “institucionalistas” estudam o desenvolvimento no longo prazo usando evidências históricas para fundamentar seus argumentos sobre os efeitos prejudiciais da espoliação produzida por “instituições extrativistas”. Finalmente, a teoria de expansão das capacidades de Amartya Sen (1999) aprofunda os fundamentos analíticos e conecta/liga efeitos agregados para o/ao bem-estar individual.

A discussão teórica produz proposições sobre o que o Estado no século XXI deve ser capaz de fazer para ser “desenvolvimentista”. A questão de fundo destas proposições é simples: um Estado desenvolvimentista do século XXI deve ser um “reforço da capacidade do Estado”. A expansão das capacidades dos cidadãos não é apenas um objetivo de “bem-estar” social

relacionado ao meio ao qual ele está inserido, mas também o alicerce de fundamento incontornável, inescapável, indispensável, inevitável de análise do crescimento sustentado do PIB de determinada economia.

Para Lewis (1954), a contribuição fundamental do estruturalismo foi o próprio entendimento do desenvolvimento econômico como um processo de crescimento e mudança estrutural. Lewis constrói um modelo com objetivo de exemplificar a inter-relação entre: o crescimento econômico gera um progressivo deslocamento setorial na sociedade, desta forma, uma diminuição no contingente populacional da zona rural, o que direciona uma progressiva desagregação das bases tradicionais e por consequência absorção por parte do setor moderno em crescimento nas grandes cidades.

A mudança estrutural e a modernização da sociedade são produtos do crescimento econômico. Mas, em contrapartida, é a migração de mão de obra para a base modernizada da sociedade, que cria as condições favoráveis para o crescimento adequado do excedente e da poupança, base do investimento e a acumulação de capital. A mudança estrutural é, portanto, indispensável para sustentação das condições do crescimento econômico (LEWIS, 1954). O modelo Lewis permite, então, relacionar a dinâmica do desenvolvimento econômico com o surgimento de um círculo virtuoso: crescimento econômico – mudança estrutural – crescimento econômico.

A importância da mudança estrutural direciona a aspectos qualitativos importantes a se relevar no processo de desenvolvimento. Um desses aspectos são as instituições, que muitos economistas como Gunnar Myrdal, Alfred Hirschman, chegaram a considerar de forma relevante a forma de atuação destas no processo de desenvolvimento. Mas esses aspectos foram se tornando secundários na medida a qual os economistas foram estreitando o objeto de estudo, acabando então por tratar o desenvolvimento econômico como crescimento econômico. Assim, a mudança estrutural passa a ser secundarizada, como referência implícita a análise.

O ambiente do segundo pós-guerra constituía a preocupação central das políticas econômicas dos países industrializados tornando-se assim objeto central de estudo da teoria econômica. Mas também a busca por níveis melhores dos padrões de vida dos países menos desenvolvidos encontrava-se no foco dos estudos de políticas econômicas a serem desenvolvidas. A preocupação central então, passa a ser a busca de políticas que possam reduzir a diferenciação dos padrões de vida das sociedades.

O autor considerava a acumulação de capital o tema central em uma economia em desenvolvimento, na qual

“o problema central na teoria do desenvolvimento econômico é compreender o processo através do qual uma comunidade que antes poupava 4 a 5 por cento do seu rendimento nacional, ou menos, se converte numa economia em que a poupança voluntária atinge cerca de 12 a 15 por cento do rendimento nacional, ou mais” (Lewis, 1954:155).

Rostow (1960) posteriormente vem a considerar, que uma das condições imprescindíveis para a decolagem econômica seria “uma elevação da taxa de investimento produtivo, que passaria, por exemplo, de 5, ou menos de 5, para mais de 10% do rendimento nacional”. A variação provoca a criação de condições, que os estruturalistas analisam de diversas maneiras: tamanho e composição de investimentos pioneiros, desenvolvimento de economias externas, processo de substituições de importações, entre outros temas.

Um das principais bases Teóricas da Economia do Desenvolvimento emerge no segundo pós-guerra, relacionando o pensamento clássico com as influências vindas do Keynesianismo predominante. Assim, três aspectos muito importantes a ser considerado substâncias: a) a acumulação de capital como propiciador do desenvolvimento econômico; b) discussões acerca do mecanismo dos preços; c) a ação reguladora do Estado na economia.

Ao destacar-se a acumulação de capital, os estudos da economia do desenvolvimento transformam o tamanho e a características dos investimentos como problema fundamental de análise, dada as condições encontradas nos países desenvolvidos, que não estimulariam a formação do capital. Determinados fatores estruturais (baixo nível de renda per capita, ineficiência da poupança privada, termos de troca de produtos primários defasados, poucos empreendedores, falta de qualificação de mão de obra, desemprego informal, etc.) não favorecia a capacidade de o mercado responder de forma positiva as necessidades de incentivo aos investimentos, sendo de extrema importância uma “política econômica ativa” para maximizar a composição dos investimentos (ROSENSTEIN-RODAN, 1943).

A crítica ao modelo ao mecanismo neoclássico dos preços era de influência das ideias keynesianas, estas levaram aos economistas do desenvolvimento refutar aos mecanismos de mercado, tornando-os ineficientes, falhos e inapropriados para os problemas encontrados nos países menos desenvolvidos. O sistema de preços e os mecanismos de mercado segundo eles, existia nestes países de forma muito inadequada ao necessário para estímulo à aceleração do crescimento econômico.

O Estado a partir destes fatores, passa a promover e regular o processo de desenvolvimento econômico de forma atuante, a mão invisível possui um papel fundamental no cenário econômico enfatizando as teorias neo-keynesianas. Desta forma Albert Hirschman fala de duas funções essenciais que o Estado precisa desempenhar para que haja êxito no

processo de desenvolvimento econômico: o Estado deve criar ações que gerem incentivos e pressões para gerar novas ações – *função indutora ou de desequilíbrio*; após, estar pronto para poder gerar ativamente ações necessárias, buscando balancear as pressões nas distintas áreas da economia e manter a dinâmica do crescimento econômico – *função induzida ou de equilíbrio* (HIRSCHMAN, 1958: Cap. 12).

A política econômica ativa tem por objetivo fazer com o Estado assuma uma responsabilidade de forma direta, fazendo com que dessa forma possa haver recursos necessários para aumentar o investimento, isso proporciona a possibilidade de transferência de recursos para investimentos produtivos na economia, favorecendo assim as bases para o desenvolvimento econômico através da acumulação de capital (WADE, 1990:9).

A partir da década de 1970, a concepção e definição das teorias e políticas do desenvolvimento foram postas em debates, ocorre então o deslocamento do centro da análise da acumulação de capital para alocação eficiente de recursos disponíveis. As novas ideias de economistas neoclássicos põem em debate as críticas ao desenvolvimento, que se iniciou ainda na década de 70: a) à crítica a ineficiência do intervencionismo estatal, protecionismo, a industrialização pelo processo de substituição de importações e a punição financeira; b) na década de 80, a posição anti-intervencionista devido as críticas neoclássicas e a políticas voltadas a minimização do ativismo estatal.

A hipótese da imperfeição dos mercados defendida pelos economistas do desenvolvimento, dá lugar então, a imperfeição do Estado. Segundo Krugman (1999), não é possível entender o Estado como um “guardião social da benevolência”, ou considerar que o setor privado luta por seus interesses somente, em contrapartida o setor público luta pelo bem-estar social de todos. O Estado é composto por diversos grupos sociais (burocratas, tecnocratas, políticos, etc.), que fazem uniões e associações devido aos seus interesses particulares com objetivo de alcançá-los através de alianças findadas entre eles.

Ainda segundo, o autor, desta forma, é possível verificar-se que a dinâmica surgida devido a intervenção do Estado tende a ser em países em desenvolvimento, pois, está associada: a renda dos indivíduos, à luta pelos interesses pessoais e os conflitos gerados pelos grupos de interesse, a burocracia e à corrupção.

O conceito do fracasso do Estado defendido pelos neoclássicos trouxe novos rumos para a análise da atuação do papel do Estado na economia. As tendências consideradas, devido aos sucessivos fracassos do Estado serem algo comum, e os fracassos de mercado serem raros, isto fez com que, a intervenção estatal passa-se a ser o motivo da ineficiência e o atraso do

desenvolvimento econômico; e o controle dos “preços de mercado” tema central da discussão das políticas de desenvolvimento (KRUGMAN, 1979).

As reformas estruturais ocorridas na década de 80 e 90, foram desencadeadas devido à redução drástica da participação do Estado na economia, expansão do setor privado e “liberalização” da economia, assim o mercado passou a atuar com determinantes dos preços e atuante na busca de recursos para sustentar-se. A visão de planejamento macroeconômico com saída do Estado deixa de ser atuante, passando o controle para o planejamento microeconômico do mercado.

Toye (1993), diz que a correção dos erros não pode ser corrigida introduzindo um erro oposto. O objeto de estudo abordado pelos primeiros economistas dificultou a compreensão do problema do desenvolvimento, os neoclássicos com suas teorias trouxeram ainda mais confusão distanciando assim a compreensão referente do desenvolvimento, com isso recolocou-se o modelo abstrato da teoria neoclássica para compreensão do crescimento econômico. Mas, podemos de uma maneira externa observar que através das mudanças estruturais, é possível compreender de melhor forma a natureza das mudanças e a interação que há com o desenvolvimento econômico.

2.2.2 O Institucionalismo e suas contribuições para o processo de crescimento econômico

Para caracterizar-se o pensamento institucionalista contemporâneo, é necessário dividi-lo em duas correntes de pensadores, ambos constituídos de grandes divergências existentes entre eles: a tradição do “velho” institucionalismo (OIE), e a Nova Economia Institucional (NEI). Os primeiros autores institucionalistas, em especial Veblen, Commons e Mitchell, analisavam os fenômenos econômicos a partir, de normas e valores coletivos, desenvolvimento tecnológico e dos condicionantes históricos da sociedade.

Segundo Rutherford (1999), os principais pontos de divergências entre o velho e novo institucionalismo, acontece quando as questões metodológicas utilizadas por estas correntes de pensamentos, apresentam tais características: i) pesquisa histórica e abordagem descritiva dos fatos; ii) instituições como agentes moldadores, das preferências, ao invés de serem moldadas por estas; iii) limites da racionalidade individual e a adoção de uma visão multidisciplinar para análise do comportamento dos agentes, de forma opostora aos pressupostos das ações racionais aceitas pela teoria neoclássica; iv) instituições como resultado dos planejamentos deliberados dos agentes, ao invés do surgimento de forma espontânea pelas forças do livre mercado; v) o Estado passa a assumir uma maior responsabilidade na missão de proporcionar melhorias a

sociedade, de forma opositora às críticas direcionadas a ele, atribuindo um caráter opressor da liberdade e de ineficiências que aconteceram a partir do comportamento dos agentes.

De fato, os pensamentos dos autores assumam posições de diferentes lados, ambas em extremos opostos, e embora cada um defenda sua própria convicção sobre o tema, em muitas situações estes estão dispostos a abrir mão em fatos conclusivos (Rutherford, 1999, p. 4-6). Assim, nota-se uma dicotomia no pensamento institucionalista, mas necessário para estudo do pensamento em suas distintas dimensões.

2.2.3 As complementariedades do institucionalismo

Nas grandes divergências existentes entre o pensamento institucionalista, surge nestas a complementação de ideias do OIE e do NEI. Tal complementação é aceita devido ambas as correntes de pensamentos compartilharem dos estudos teóricos mais avançados em relações aos fenômenos econômicos, exemplo de contribuições temos a teoria shumpeteriana, além de outras diversas áreas do conhecimento como a história, a psicologia, a sociologia e a biologia (HODGSON,1993).

Hipóteses como racionalidade limitada, influência decisiva por hábitos, normas e valores sobre comportamentos sociais, entre outras, são elementos comuns encontrados nas hipóteses do velho institucionalismo (OEI) quanto à nova economia institucionalista (NEI). Pode-se dizer que a similaridades encontradas no OEI e NEI não se limitam somente no papel das instituições, pois em ambas, observa-se possuem cronogramas de pesquisas econômicas (RUTHERFORD, 1999; SAMUELS, 1995).

2.2.4 A defesa ao novo-institucionalista

North (1991), defensor da teoria novo-institucionalista do desenvolvimento, produziu diversos estudos relevantes para poder explicar os maus desempenho das economias ao longo do tempo. Segundo o autor os incentivos oferecidos pela matriz institucional que resultam em custos menores de produção e transação de mercadorias nas relações capitalistas de produção e troca de produtos. A matriz institucional é composta por um conjunto de regras, formais e informais, bem como processo execução, que criam incentivos para auxiliar as ações dos agentes individuais e organizações. E na capacidade de adaptação do ambiente produtivo que segundo North, se encontraria a explicação dos diferentes desempenhos econômicos na história.

2.2.5 O papel das Instituições no processo de desenvolvimento

Nas sociedades com origens em grandes redes de relações personalistas, a exemplo da América Latina, ainda que os custos de produção sejam elevados, os custos referentes das transações de mercados são baixos. Isso acontece porque os custos direcionados para verificação e garantia dos direitos de propriedade são reduzidos em razão dos contratos findados aos decorrentes do relacionamento pessoal (FIANI, 2002). Nas sociedades econômicas mais avançadas, observa-se o contrário, existe um menor custo de produção e os custos de transações são mais altos, em virtude da alta concorrência e domínio sobre de relações de materiais, não se prendem aos longos prazos, e os empreendedores são capazes de nivelar o volume de capital fixo e se encontram na situação de sempre buscar maiores investimentos voltados às inovações tecnológicas.

Ao discutir-se o problema de eficiência, North (1991) direciona todo o foco da discussão para a alocação de recursos e o período de curto prazo para análise, segundo a teoria neoclássica. O autor relata a existência de uma modalidade de eficiência distinta da produção, chamada de “adaptativa”, na qual as sociedades possuem capacidade de adaptarem às constantes transformações no ambiente econômico, com as buscas constantes de inovações tecnológicas e através das mudanças institucionais. Na análise do longo prazo o autor ressalta que é extremamente importante: a defesa das liberdades fundamentalistas e a contínua elevação do nível de escolaridade da população.

A matriz institucional não está condicionada a mostrar aos agentes qual é a opção mais vantajosa em diversas possibilidades apresentadas; ela, de fato, os direciona a um determinado padrão como forma de organização da economia, a partir da análise de crenças, hábitos e valores compartilhados pelas pessoas. Desta forma é estrutura de maneira fundamental a cultural e das ideologias, como papéis entrelaçados para o desenvolvimento das sociedades.

Conhecer o aspecto cultural e ideológico do qual é formado as sociedades, é importantíssimo para se identificar as preferências individuais e molda-las de acordo com a matriz institucional, isto, não significa dizer que os agentes são incapazes de transformar conscientemente as instituições de acordo com os seus próprios interesses. O que está sendo abordado, é o impacto que as concepções mentais compartilhadas tendem a afetar o custo econômico a partir do desvio dos padrões de comportamento dos indivíduos que são estão consolidados no decorrer da história.

3. UM BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GOIANO.

O Estado nas três primeiras décadas do século XX, apresentava uma economia a qual o sistema de comunicações era precário, com pouca densidade populacional e um sistema de transporte deficitário. O processo mais acentuado de desenvolvimento econômico da economia brasileira acontece a partir da década 1930, conseqüentemente muitos Estados brasileiros aderem a nova onda, Goiás aproveitou o momento oportuno transferindo a capital do Estado de Vila Boa, para Goiânia, e assim tem-se um marco inicial para o processo de desenvolvimento no Estado.

3.1 O início do desenvolvimento goiano

O Estado de Goiás iniciou seu processo de crescimento e desenvolvimento de forma intrínseca com a sua própria história. O processo de desenvolvimento econômico de Goiás esteve relacionado à política do governo federal, se deu na transferência da capital Vila Boa à Goiânia, e de forma subsequente a fundação de Brasília. Nos dias atuais, o Estado tem atuação direta nas classes empresarias, por meio das políticas fiscais, educacionais, saúde, entre tantas outras áreas.

As primeiras décadas do início do século XX não apresentaram transformações expressivas, pois ainda se vivia o anseio de retorno da mineração após seu fim, conforme segue:

“As três primeiras décadas do século XX não modificaram substancialmente a situação a que Goiás regrediria como consequência da mineração no fim do século XVIII. Continuava sendo um Estado isolado, pouco povoado, quase integralmente rural, como uma economia de subsistência” PALACÍN, (1994, pg. 89).

Um Estado eminentemente rural, no qual se predominava a agricultura de subsistência, sendo que a agricultura era direcionada para o próprio consumo, a existência de um comércio local e circulação de monetária tinha expressividade. O Estado não havia ainda iniciado seu processo de desenvolvimento econômico, havendo uma diferenciação em relação à economia nacional ao processo de desenvolvimento, como São Paulo que período era grande impulsionador para o processo de desenvolvimento econômico nacional. Goiás em meio ao processo de desenvolvimento econômico nacional não havia sido atingido por esta corrente desenvolvimentista, que nos primeiros trinta anos do século XX, vinham transformando estados brasileiros, tendo muitos como ponto de partida a modernização da agricultura centralizada nas regiões sul e sudeste.

No início da década de 1930, a situação do Estado era agravante devido à falta de infraestrutura. A estrada de ferro era utilizada como meio de desenvolvimento por outros estados. Em Goiás devido a característica de agricultura voltada a subsistência e com produto

de maior peso na balança comercial do Estado sendo a pecuária, que na dificuldade de transporte, não acompanhou esse crescimento. A falta de modernização dos processos agrícolas no campo, era ainda retardado devido as tradições de conhecimento empírico para o manejo da terra. Apesar de tantos fatores negativos ao processo de desenvolvimento o isolamento devido à falta de estradas, refletindo diretamente na falta de comunicação de Goiás com as correntes de desenvolvimento a qual os outros Estados estavam passando. ESTEVAM, (2004, pg.109):

“A passagem dos anos trinta afetou o andamento socioeconômico regional e promoveu algumas modificações na realidade goiana, principalmente no caminho de sua integração com a dinâmica da economia nacional. A Revolução de 30, ao ensejar alterações na ordem política. Apontou novos rumos para a sociedade e os novos dirigentes promoveram uma aposta no desenvolvimento do estado com a concretização do antigo sonho da nova capital. A construção de Goiânia incentivou vigoroso parcelamento de terras nas adjacências, exploração de matas férteis na zona “Mato Grosso de Goiás” e acomodou levas de imigrantes que ganharam o planalto central. A construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, tornando-se uma possibilidade geográfica futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional”.

As três décadas posteriores marcariam de forma relevante o processo de desenvolvimento em Goiás. A construção de Goiânia e a localização estratégica de Anápolis incentivaram a exploração e ocupação do centro-sul; a construção de Brasília acarretou a construção de estradas e novas vias de integração à capital federal, com imigração de diversas pessoas para o planalto central.

A matriz de desenvolvimento regional aconteceu, sem dúvida, devido à forte característica natural do Estado a agricultura. Mas para entender todo este processo de transformação goiano, é necessário analisar o processo ao qual a indústria goiana modernizou.

De acordo com Harvey (2003, p.118):

Na prática, as pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras Instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais), aliadas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo.

De acordo com Harvey (2003), as pressões exercidas de forma direta ou indireta sobre as instituições ou ao Estado pelos agentes que exercem o poder de domínio do mercado fortalecem os pensamentos desenvolvimentistas inerentes ao contexto idealizado por estes, para melhor forma de dinamismo do processo de acumulação de capital, conseqüentemente o Estado busca as melhorias necessárias para permanência dos capitalistas e investidores na região que estes se instalam.

De acordo com Marx (1988), para entender o momento atual de uma economia é necessário ter como ponto de partida a realidade histórica. Ou seja, não se toma por exemplo

conceito vivenciados por outras sociedades para poder compreender a realidade histórica, de extrema importância conhecer a história. Partindo, de tal pressuposto é necessário compreender o processo de configuração das políticas fiscais, desde a sua criação até os dias de hoje, para melhor compreensão dos acontecimentos do desenvolvimento da economia goiana.

A partir do ano de 1980, um dos caminhos utilizados para alcançar o desenvolvimento é a chamada “Guerra Fiscal”, que segundo, Dulci (2002, p. 01),

“Trata-se do jogo de ações e reações travado entre governos estaduais (e adicionalmente entre governos municipais), com o intuito de atrair investimentos privados ou de retê-los em seus territórios”.

Para Nascimento (2008), a chamada “guerra fiscal” é o motivo de grandes indústrias deixarem lugares tradicionais e se instalarem em regiões de menor desenvolvimento, porém estas ao se instalarem trazem, expectativas de desenvolvimento econômico e social. A partir disso, observa-se a importância das políticas públicas de incentivos fiscais criadas pelo Estado, com objetivo de atrair investidores e proporcionar o desenvolvimento econômico em Goiás.

O Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (PRODUZIR), criado pela Lei n. 13.591/2000 e tem como objetivo contribuir para expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás, a fim de estimular os investimentos e aumento da competitividade do Estado. Pode-se, podemos dizer que é um dos principais instrumentos utilizados para atrair novos investimentos e projetos para o Estado, acelerando assim o processo de desenvolvimento industrial e econômico do Estado, a partir da maior agregação do PIB.

Através do programa PRODUZIR o Estado buscava diminuir os desequilíbrios regionais, e os desequilíbrios sociais ocasionados pelo processo de formação do território goiano, com a intenção de beneficiar todos os interessados a investir ou trazer suas plantas industriais para o Estado. Portanto, nota-se no território goiano a abundância de mão de obra barata e com baixa força sindical, o que o tornou um grande atrativo para os investidores capitalistas instalarem suas plantas industriais no Estado.

De acordo com o IMB (2013), observa-se o quanto as políticas públicas de incentivos fiscais agregaram no estado de Goiás favorecendo desta forma para a expansão do parque industrial instalado no território. Mas, em contrapartida, é perceptível a quantidade de receita renunciada para instalação dos projetos, de forma, que tais impostos poderiam ser utilizados para proporcionar melhores condições de vida para a população goiana, por meio de investimentos em educação, saúde, transportes, habitação.

3.2 Intervenção estatal e as políticas públicas

Segundo Paschoal (2001), a quantidade de benefícios concedidos pelos incentivos fiscais a partir da data de aprovação do projeto, tornava Goiás altamente atrativo, pois a concessão fiscal tinha um período inicial de cinco anos e que posteriormente, poderia ser estendido até trinta anos.

A criação de pólos de desenvolvimento com respeito as características econômicas de cada região, com observação também para a logística de transporte e armazenamento da produção e matéria prima implicariam em custos menores na produção, proporcionando desta forma às empresas um maior poder de competitividade dos produtos goianos no mercado local, interestadual e internacional.

A estrutura de produtividade goiana sofreu grandes transformações, a partir da década de 30, em função das intervenções do Estado por meio de políticas públicas para promover o processo de desenvolvimento goiano, contribuindo desta forma para a mudança econômica, em relação à qual o Estado encontrava-se anteriormente. A transferência da Capital federal para Brasília ocasionou uma maior alocação de recursos em Goiás oriundos do governo federal e estaduais para a melhorias na infraestrutura de transporte e energia, conseqüentemente refletindo no desenvolvimento de setores importantes e cruciais na estrutura econômica, com foco voltado à atender a demanda interna e externa de mercado consumidor.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, foi de extrema importância no desenvolvimento goiano, pois, este propiciou os financiamentos necessários para implementação do processo de modernização rural, dinamizando assim a modernização agropecuária em Goiás. Ressalta-se também as políticas de desenvolvimento regionais, as quais eram contempladas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), que na maioria exploravam as características naturais de cada região como forma de impulsionar o desenvolvimento regional e local para melhores resultados econômicos voltados à ideologia desenvolvimentista.

O processo de concentração industrial em São Paulo era fator importante no processo de desconcentração, pois, o Estado era o impulsionador do PIB nacional pelo grande número de indústrias instaladas, mas nas demais regiões brasileiras o progresso começava a partir das correntes de desenvolvimentistas a qual o país estava passando, Goiás no enfoque de todo esse processo, e generosamente privilegiado por sediar dentro do seu território a capital brasileira, todo fluxo de pessoas e mercadorias passa pelas estradas que cortam o Estado destinando à capital federal.

Como antes mencionado o cenário do goiano no início do XX é caracterizado pela agricultura de subsistência, este passa a ser transformado a partir da modernização dos meios de transporte e a construção de uma nova capital. A industrialização da região sudeste e a construção das estradas de ferro utilizadas como meios de transporte, propiciaram, à economia agrária goiana, a inserção no mercado.

O fator de novas oportunidades surgirem a partir da participação ativa da economia no mercado nacional, impulsiona o processo de migração pioneiro de pessoas para o território goiano de diversas partes do país. Chaul (1997) apresenta que,

A implantação da Estrada de Ferro em Goiás e a construção de rodovias favoreceram o crescimento deste movimento migratório e intensificaram a ocupação econômica do Estado. A melhoria dos meios de transporte e comunicação arrancou Goiás do isolamento físico e econômico em que se encontrava. Com a Estrada de Ferro, os grilhões que prendiam a economia agrícola regional a uma situação de estagnação começaram a ser quebrados ao ritmo da expansão dos trilhos. Ao lado da pecuária, a agricultura começou a se organizar como atividade mercantil. Os produtos primários, que antes apodreciam na roça por falta de transporte para escoá-los, passaram a ser largamente exportados (p.101).

Segundo Borges (2005, p.41), a chegada da ferrovia, em Anápolis no ano de 1937 e em Goiânia, em 1950,

“[...] incrementou o avanço da fronteira agrícola e várias agroindústrias foram instaladas na zona da estrada de ferro: charqueadas, indústrias de couro, de beneficiamento de arroz, fábrica de banha, entre outras.”

O processo de desenvolvimento regional de Goiás intensifica-se a partir de políticas governamentais direcionadas a interiorização, como exemplos destas políticas podemos citar a Marcha para o Oeste e a construção da nova capital do Estado. O projeto Marcha para o Oeste iniciou-se em 1938 com o objetivo de promover a colonização as terras da Região Centro-Oeste até Região Norte. O governo buscava por meio do projeto diminuir a concentração populacional no Centro-Sul do país, e ocupar a contingência demográfica de terras vazias, na busca de equilibrar os desequilíbrios oriundos à falta de ocupação de terras nas demais regiões do país.

Em 1941, na cidade de Ceres instala-se a primeira Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), ocupando uma área de 44500 alqueires. A área era dividida em lotes que posteriormente eram dadas às pessoas que migravam para o estado. Devido ao processo de instalação da colônia houve um aumento significativo de migração para o Estado. Mas devido a precariedade da infraestrutura necessária para sustentar a colônia está fracassou. (ESTEVAM, 2004).

A construção da nova capital, cujo pilar fundamental é lançado em 24 de outubro de 1933, levou a partir de 1935 o processo de mudança das sedes de alguns órgãos do governo

para a nova capital, consequência disso é a mudança das atividades econômicas por parte da estruturação nova capital, a qual foi inaugurada somente no ano de 1942. Conforme Palacín e Moraes (2008)

A construção de Goiânia promoveu a abertura de novas estradas, tornando-a elo de ligação entre os municípios e com outros Estados; favoreceu a imigração, e consequentemente o povoamento, acelerando a colonização do Mato Grosso Goiano, zona de grande riqueza agrícola; criou o primeiro centro urbano de relativa importância em Goiás que, se não chegou a constituir um centro industrial – como esperavam os construtores –, desenvolveu para si e para todo o Estado os diversos tipos de serviços (colégios e faculdades, bancos, hospitais, comércio, etc) indispensáveis ao desenvolvimento (p. 162).

Os níveis demográficos observados no Estado elevam-se de 1940 a 1960, devido a possibilidade de instalação de um mercado rentável juntamente com as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento econômico.

A construção de Brasília gerou um grande número de investimentos, muitos empregos e proporcionando novas oportunidades de trabalhos para aqueles que migravam para o planalto central em busca de novas oportunidades.

O processo de modernização vivido pelo Brasil, no século XX, teve reflexos positivos na estrutura produtiva do estado de Goiás, culturas como as de milho, soja e algodão apresentavam aumentos consideráveis devido à ruptura de cultura tradicionais.

A implementação dos programas e das políticas públicas proporcionou condições ideais para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico do Estado. A transferência da Capital Federal para o planalto goiano, como já apresentado, foi um dos fatores que impulsionou e estimulou a economia goiana.

Segundo Borges (2005), o Plano de Metas apresentado pelo governo federal neste período de transição de localidade da capital federal, relaciona-se com a construção de rodovias que cortam o Estado interligando a capital federal com as demais regiões do país.

A construção de Goiânia viabilizou um aumento por parte dos investimentos, gerou empregos e proporcionou novas oportunidade de trabalho. A implementação dos programas e políticas públicas promoveu uma série de condições favoráveis para o crescimento do econômico do Estado, os resultados verificados a partir dos índices de crescimento econômico são condicionantes ao processo de desenvolvimento.

De acordo com Borges (2005),

“A capital federal foi planejada como ponto central do sistema viário brasileiro. A sua ligação rodoviária com as demais regiões permitiria a circulação de mercadorias entre as áreas agrário-extrativas do interior e os centros urbano-industrializados do Sudeste.”

Segundo Estevam (2004)

[...] a implantação de Brasília constituiu o ápice desta diretriz interiorizante do seu governo. Juntamente com a intenção de delimitar um novo Distrito Federal para o país – em território quase deserto e não integrado ao centro dinâmico nacional – havia um programa de construção de rodovias capaz de assegurar intercâmbio nacional com Brasília. Assim, a implantação da nova capital veio reorganizar o espaço socioeconômico do planalto central brasileiro. (p.117/118)

Ainda em relação aos processos ocorridos durante o processo de desenvolvimento goiano através da interiorização e modernização, Amaral (2002) afirma que, a vinda da capital federal para o planalto central teve como objetivo o povoamento do interior brasileiro. Os Estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão eram territórios com baixos índices de densidade demográfica, com a construção da nova capital federal estas áreas passam a apresentar um desenvolvimento significativo na agricultura; à aplicação de recursos econômicos nas áreas antes despovoadas e o desenvolvimento de um sistema de comunicação para integração destes locais que encontravam numa situação antes de isolamento.

3.2.1 O impacto da construção da capital federal em território goiano

A capital federal foi construída no território goiano agregando de forma expressiva e decisiva o processo de desenvolvimento goiano, através dos recursos que de forma correlacionada contribuíram para uma melhor infraestrutura do território que antes se encontrava de forma precária. Além de estimular a estruturação de um mercado consumidor potencial, desenvolvendo assim setores importantes para o crescimento e desenvolvimento econômico: setor de serviços, industrial e produção agropecuária que abastecia o mercado interno, abrindo assim horizontes para a exportação do produto goiano para as demais regiões do país e até mesmo fora do país (LABAIG, 1995).

As exigências relacionadas à infraestrutura fizeram com que o governo do Estado elaborasse um planejamento referente às questões energéticas, logísticas e comerciais. A criação das Centrais Elétricas de Goiás (CELG), vem justamente no intuito de suprir as necessidades energéticas do Estado, com a criação da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba, passa a atender as cidades de Goiânia em plena expansão do mercado consumidor e a nova capital federal, Brasília.

Em 1956, concluiu-se a construção da Usina Hidrelétrica do Rochedo esse destinada a abastecer a capital e cidades vizinhas, porém, o rápido aumento da demanda energética faz com que a capacidade da usina energética se torne irrelevante frente a demanda requerida pela capital

goiana e cidades vizinhas. Ainda, que com a inauguração da primeira fase da Usina de Cachoeira Dourada, a oferta energética ainda era restrita ao demandado pelas cidades.

A malha viária goiana passa por um processo de expansão expressivos, até meados da década de 50, reflexo da construção de Goiânia e o processo de integração comercial em pleno momento de estruturação. Conforme Estevam (2004),

No final da década, a abertura de rodovias obteve maior impulso em Goiás. Durante a construção de Brasília foram iniciadas as rodovias BR-010 (rumo ao nordeste goiano), a BR-020 (Brasília-Formosa na direção de Fortaleza), a BR-040 (rumo à região do Sudeste brasileiro), a BR-050 (com a intenção de encurtar a distância Brasília-São Paulo), a BR-060 (em direção ao Mato Grosso e Paraguai), a BR-153 (cortando Goiás no sentido norte-sul buscando Belém do Pará), a BR-452 (em conexão com o sudoeste goiano e Triângulo Mineiro) e a BR-364 (rumo ao Mato Grosso via sudoeste goiano). Estas novas vias proporcionaram a ampliação da fronteira agrícola nacional e facilitaram a integração intra e inter-regional de Goiás (p.119).

As relações econômicas com os centros dinâmicos do país e os demais Estados brasileiros foram estreitados, havendo assim uma maior abertura para as oportunidades de negócios para a economia goiana. Uma das rodovias mais importantes de Goiás a BR-050 ligou as cidades de São Paulo a Brasília, esta de extrema importância no processo logístico de pessoas e mercadorias entre as duas cidades.

O processo de modernização da agricultura, na década de 1960, impactou de forma radical o setor. No entanto, a agropecuária de subsistência não deixou de existir junto aos pequenos e médios produtores, estes na maioria das vezes não possuíam acesso aos programas de incentivos oferecidos pelo Estado. A partir da década de 70, à expansão das lavouras e criação de gado, ocorridas em função do processo de modernização da agricultura de forma mais acentuada, imprimiu assim uma nova dinâmica na economia goiana.

3.3 As transformações da estrutura produtiva goiana

Todos os processos de transformações na estrutura produtiva goiana aconteceram a partir de investimentos financeiros e tecnológicos, das políticas de incentivos fiscais, desenvolvidos pelo governo para promover o crescimento e desenvolvimento no território.

Na esfera estadual, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás do Governo Mauro Borges que, segundo Correia (2006) tinha o objetivo de substituir a prática extensiva da agricultura com o desenvolvimento de conhecimentos científicos para substituição desta para uma agricultura de prática intensiva. O desenvolvimento de conhecimento buscava a capacidade de maximizar o processo no campo, aumentando desta maneira o volume de produção, conseqüentemente a oferta disponível no Estado para o mercado brasileiro e internacional.

Por parte da esfera federal, vieram investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que tinha como objetivo promover a inovação e a difusão tecnológica e aplicação de estudos e pesquisas para demonstrar o potencial econômico goiano.

A economia agroindustrial começou a surgir em cenário de destaque na economia brasileira, expandindo de forma intensa devido às inovações tecnológicas e as políticas públicas favoráveis ao incentivo das atividades no Estado. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) teve como um dos principais objetivos a incorporação do cerrado à dinâmica do mercado econômico nacional.

A ampliação de empresas e cooperativas de produção mistas e comercialização; o desenvolvimento do pólo minerador, acrescido da extração de pedras preciosas e semipreciosas no território goiano; a quarta fase de construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada; o processo de criação dos distritos industriais em diversas partes do território goiano, todos estes são resultados do processo de desenvolvimento e modernização do Estado de Goiás

O processo de desenvolvimento econômico goiano pode ser observado segundo a ótica de interação entre o Estado e as políticas de incentivos fiscais, que buscam promover o processo de desenvolvimento mediante as características pré-existentes no próprio território, a partir da modernização do campo e o crescimento das atividades industriais. Pode-se, portanto, verificar que esse processo é inter-relacionado com o crescimento econômico e estrutural de determinado local ou território, pois para atrair olhar de investidores externos para uma determinada região é necessário além das características naturais uma infraestrutura adequada e de maneira ampla capaz de atender as necessidades as quais investidores buscam encontrar para instalação das plantas industriais. A alocação de recursos através dos investimentos direcionados a determinada região gera capacidade econômica e melhoria nos fluxos de mercados envolvidos na cadeia produtiva de determinada região.

4. O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO GOIANO.

4.1 Breve histórico das políticas de incentivos fiscais do desenvolvimento econômico.

Em Goiás a formação econômica está relacionada de forma direta com a mineração e com a agropecuária, a partir do início do século XX, quando acontece de forma incisiva o processo de desenvolvimento econômico.

Ao longo da história do Brasil, podem ser percebidas as várias faces do processo de desenvolvimento econômico, com concentração de riquezas em algumas regiões do país e a necessidade de desconcentração destas riquezas.

O Governador Mauro Borges, no início do ano de 1960, promove a elaboração de um “Plano de Desenvolvimento em Goiás”, como afirma Palacín e Moraes (1991), este plano envolvia todas as áreas do Estado: agricultura e pecuária, transportes e comunicações, energia elétrica, educação e cultura, saúde e assistência social, mapeamento dos recursos naturais do Estado, inovação e melhorias nas atividades econômicas do Estado. A administração do governo de Mauro Borges gerou no Estado uma intensa reforma administrativa com a criação e implantação de órgãos importantes para administração do Estado: CERNE, OSEGO, EFORMAGO, CAIXEGO, IPASGO, SUPLAN, ESEFEGO, CEPALGO, IDAGO, DERGO, DETELGO. Os serviços prestados estavam ligados as empresas públicas e sociedades econômicas mistas, nestas o governo detinha maior parte das ações, sendo majoritário e decisivo aquilo que era instituído por parte governamental.

A ação atuante do Estado no planejamento econômico trouxe bons resultados para o território, não havia nenhum tipo de investimento em Goiás, o Estado então promove a articulação com os investidores para atrair o foco destes para o território na busca do desenvolvimento. O comprometimento do Estado acontece de maneira integral, a construção da nova capital marca o início do desenvolvimento enfático goiano, nela estaria localizada os principais órgãos administrativos do Estado, exemplos como, o Banco do Estado e a CELG.

O primeiro programa ligado a perspectiva de incentivo fiscal, de acordo com Paschoal (2001), foi o Fundo de Expansão da Indústria e Comércio (FEINCOM), que por meio da lei 7.700, de 19 de Julho de 1973, regulamentou os primeiros Distritos Agroindustriais em Goiás, uma vez que beneficiava empresas e disponibilizava infra-estrutura, por meio da cessão de terrenos, serviços de água e esgoto, telecomunicação, pavimentação, malha intermodal de transportes, entre outros.

O FEINCOM garantia a isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado no valor de investimento fixo realizado, no prazo máximo de cinco anos; garantia de isenção de 80% sobre o consumo de telefone, água, energia elétrica e isenção de

juros e correção monetária sobre empréstimos financeiros, objetivando a obtenção de bens de capital.

No que tange os resultados do FEINCOM, Paschoal (1998) conclui que o programa aprovou, no primeiro ano de implementação, cerca de 90 projetos, sendo 66 desses em Anápolis, 12 em Goiânia e outros 12 na região Centro-Sul do Estado. Diante da pouca integração das indústrias nesse programa, houve a necessidade da instituição de um novo programa com o intuito de trazer um quantitativo maior de empresas para o Estado e um geral desenvolvimento econômico local.

O Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), criado pela Lei nº. 9.489, de 19 de julho de 1984, veio substituir o FEINCOM e buscava desenvolver a implantação e a expansão de atividades que proporcionassem o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás; o apoio técnico e financeiro às atividades dos setores de micro, pequenas e médias empresas; o apoio ao desenvolvimento de grandes empreendimentos industriais, considerados da maior relevância sócio-econômica para o Estado de Goiás; o estímulo da industrialização do Estado de Goiás.

O Programa FOMENTAR marcou o processo de incentivos fiscais em Goiás em virtude do número de empresas beneficiadas e da capacidade de trazer indústrias multinacionais gerando desenvolvimento local através da geração de empregos. Porém, ao longo do período em que vigorou o programa, observou-se também as falhas do mesmo, obrigando o governo do Estado a elaborar um novo programa de incentivo fiscal no ano de 2000 com o intuito de corrigi-las.

De acordo com Paschoal (2001), como o programa pretendia subsidiar 70% (setenta por cento) do imposto gerado a recolher, por um período inicial de cinco anos, o restante, ou seja, 30% deveria adentrar os cofres públicos mês a mês, enquanto durasse o período de fruição dos benefícios concedidos. O resultado foi a aprovação de cerca de 1.122 projetos.

Porém, a criação do FOMENTAR não foi suficiente para que o Estado obtivesse desempenho econômico superior ao dos outros estados da região Centro-Oeste. A possível explicação para esse acontecimento seria a deficiência estrutural e escassa de Goiás para suportar o crescimento econômico. Outra possível explicação se apóia na ineficácia do estado ao implementar suas políticas de desenvolvimento regional em comparação aos outros estados.

Borges destaca esses fatores:

Uma explicação para esse fenômeno pode estar no fato de que o dinamismo da economia local não depende apenas da concessão farta de incentivos fiscais, mas, também, da existência de uma infra-estrutura básica adequada, como boas estradas, energia elétrica suficiente, nível de instrução elevado, mão-de-obra qualificada,

localização estratégica, abundância de matérias-primas, tamanho do mercado consumidor e nível de renda da população. Outra explicação, é que talvez os outros estados da região tenham sido mais eficazes na implementação de suas políticas de desenvolvimento regional, incluindo aí a concessão de incentivos fiscais. (BORGES 2004, p. 32)

Criado pela lei 13.591, de 18 de janeiro de 2000, o Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (PRODUZIR) sucedeu o Programa de Fomento a Industrialização de Goiás, o FOMENTAR. Seu objetivo era contribuir para expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás, a fim de estimular a realização de investimentos e aumento da competitividade estadual. Sem dúvidas é o principal instrumento utilizado pelo Governo de Goiás para atrair novos investimentos ao Estado e acelerar o processo de industrialização. Ainda é intenção do programa, contribuir para a correção dos desequilíbrios regionais e sociais e beneficiar a todos que queiram investir no Estado, sejam grandes, pequenos ou microempresários.

De acordo com sua legislação, esse programa proporciona uma redução do custo de produção da empresa, através do financiamento de até 73% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido pelo período de 15 anos. Aquele beneficiado pelo programa tem carência de um ano e desconto no abatimento da dívida que pode chegar a 100%. Quanto aos juros, esses são de 0,2% ao mês (2,4% ao ano), não capitalizáveis e sem correção monetária.

De acordo com Paschoal (2001), pode-se ressaltar que, está entre os objetivos do PRODUZIR, o papel de corrigir as falhas estruturais do programa anterior, como por exemplo, os seguintes aspectos: o problema do passivo das empresas, em função da estabilidade econômica; litígio com Prefeituras, em função da falta de repasse da parcela incentivada; problema de legalidade frente ao código tributário nacional; a inexistência de mecanismos que diferenciasssem a micro, pequenas e médias empresas industriais.

4.2 Indicadores econômicos: PIB – PIB *per capita* – Balança comercial.

O processo de desenvolvimento econômico é caracterizado por aspectos qualitativos de uma economia. Os aspectos utilizados na mensuração e qualificação de uma economia ou de determinada região se dá a partir da análise das variáveis componentes do PIB. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados para mensuração do progresso de desenvolvimento de determinada economia de uma região.

Os aspectos qualitativos de uma economia são de grande importância, pois através destes é possível observar a evolução econômica de determinada economia. A construção de Goiânia contribuiu de forma ainda mais positiva para a busca do desenvolvimento goiano; a formação de um governo tendo como do seu planejamento a criação de políticas públicas e programas de incentivos fiscais retratam de forma ainda mais o processo acelerado de transformação a qual Goiás passou, iniciado no Governo de Mauro Borges; transformações e mudanças na estrutura produtiva goiana abrindo as portas para o produto diante do mercado nacional a qual Goiás não fazia frente aos demais Estados.

O PIB goiano cresceu acima da média nacional no período entre 2003 a 2013 (IMB, 2013), porém a participação ao PIB está distribuída de forma desigual entre os municípios goianos, a participação é altamente concentrada em alguns municípios ou regiões do Estado. Os indicadores goianos apontam no sentido de uma melhoria significativa nas condições de vida da população goiana, IDH-M, taxa de mortalidade, taxa de natalidade, habitação, criação de empregos formais, etc, no entanto a muitos índices que necessitam ser melhorados, observando-se desta forma a necessidade de programas e políticas públicas eficazes e atuantes para que o Estado possa alcançar o pleno desenvolvimento, permanecendo-se neste.

De acordo com Vasconcellos (2002) o desenvolvimento econômico e social de um Estado acontece a partir do momento ao qual observa-se um crescimento contínuo de forma sustentável ligado diretamente ao crescimento do PIB, ou seja, há um constante aumento de renda per capita no decorrer do tempo, criando-se políticas públicas capazes de incentivar e otimizar o processo produtivo em setores como: primário ou agropecuário, secundário ou de transformação e ou terciário ou comércio/serviços.

O processo de desenvolvimento econômico de determinada economia acontece a partir de investimentos direcionados a inovação e busca de novas tecnologias para produção de novos produtos e formas mais dinâmicas no processo produtivo; incentivo a poupança de forma que estas se transformem em investimentos para aplicação na economia; balança comercial positiva; planejamento de uma política econômica estável, a qual ofereça os menores riscos possíveis à investidores e oferta de mão-de-obra qualificada, voltada a utilização imediata do conhecimento técnico para produzir produtos de maior valor agregado.

A participação dos municípios goianos no PIB se dá de forma desigual, não correspondendo ao esperado em um processo de desenvolvimento amplo e equilibrado, devido a sua alta concentração. O processo de desenvolvimento goiano tem-se expandido de forma gradativa por todo o território goiano, porém, algumas regiões como o sudoeste goiano, sul goiano, nordeste goiano e sudeste goiano necessitam de maior atenção devido à infraestrutura

precária que possuem, deixando de atrair investimentos externos, inerente a isto, surge uma forma de subdesenvolvimento no interior da economia goiana atrelado à ineficácia das políticas e programas públicos do governo. (Tabela 1).

Tabela 1 - ESTADO DE GOIÁS: PRODUTO INTERNO BRUTO, TAXA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO NO PIB DO BRASIL - 2003-2013.

Ano	Moeda	Valores Correntes	Taxa de Crescimento (%)	Participação (%)
2003	R\$ Milhão	42.836	4,2	2,52
2004	R\$ Milhão	48.021	5,7	2,47
2005	R\$ Milhão	50.534	3,2	2,35
2006	R\$ Milhão	57.057	5,5	2,41
2007	R\$ Milhão	65.210	8	2,45
2008	R\$ Milhão	75.271	5,2	2,48
2009	R\$ Milhão	85.615	8,8	2,64
2010	R\$ Milhão	97.576	7,5	2,72
2011	R\$ Milhão	121.246	5,9	2,78
2012	R\$ Milhão	138.545	4,5	2,82
2013	R\$ Milhão	151.010	3,1	2,86

Elaboração: Segplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2014.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás cresceu, em média, 4,8% a.a. no período de 2003 a 2013, superior registrado pela economia brasileira, que foi de 3,4% a.a. em média. Nesse contexto, a participação do PIB goiano no PIB do Brasil passou de 2,5%, em 2003, para 2,8% em 2013, segundo últimos dados divulgados pelo Instituto Mauro Borges (IMB, 2014). O bom desempenho propiciou avanços significativos de participação no PIB nacional e inseriu Goiás no seleto grupo dos dez Estados mais ricos do País. Goiás é a nona economia brasileira. Este progresso na economia goiana é resultado de investimentos privados, contínuos, e apoio do governo em todos os setores produtivos, com destaque para as atividades agropecuárias e minerais voltados à produção de commodities.

Ressalte-se que o desempenho econômico do estado foi sustentado, em especial, pelas trajetórias do comércio, da indústria de transformação – com destaque para as indústrias de biocombustíveis, polo farmacêutico, indústria automobilística, alimentos e vestuário – e do setor de serviços, impulsionado pelos segmentos transportes e prestadoras de serviços às empresas. O PIB de Goiás cresceu 0,5% no período de doze meses encerrado em junho de 2015, contrastando com a retração de 1,2% registrada no indicador nacional.

Para que haja desenvolvimento é necessário haver crescimento econômico, essa condição se torna imprescindível para o desenvolvimento acontecer. Entretanto, nem toda economia que

consegue crescer economicamente consegue alcançar o desenvolvimento. O desenvolvimento econômico e social acontece a partir da melhoria dos índices qualitativos ao invés dos índices quantitativos, referente a melhoria de bem-estar social econômico e social da população. Já ao adentrar se no conceito de desenvolvimento trataremos de assuntos voltados a competência em se produzir, de forma que tal competência desencadeie o aumento dos diversos fatores que estão relacionados a estrutura produtiva de determinada economia. O desenvolvimento advém da expansão do crescimento econômico de uma economia, de tal forma que mudanças estruturais e as melhores condições de vida da população, são demonstradas através dos indicadores econômicos e sociais: pobreza, desemprego, desigualdade social, condições de saúde, educação e habitação (SOUZA, 1999).

Ainda em análise aos indicadores goianos, o PIB per capita de cada município goiano é estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e a sua população residente. Ele é utilizado como um dos indicadores de repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) das capitais e do Distrito Federal, embora nem toda a renda gerada no município é apropriada à sua população residente. No ano de 2013, Goiás alcançou um PIB per capita de R\$ 23.470,48, ante R\$ 22.509,40 em 2012, com incremento de R\$ 961,08 na série 2010 a 2013, esse foi o menor incremento no PIB per capita constatado na análise referente aos demais anos.

Na tabela 2 são apresentados os dez maiores PIB's per capita entre 2010 e 2013. Estes municípios se destacaram pela união entre economia baseada na indústria ou em intensiva atividade agropecuária e baixa aglomeração populacional.

TABELA 2 – ESTADO DE GOIÁS: PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA*

Especificação	PIB <i>per capita</i> (R\$)										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Goiás	7.937,00	7.501,00	8.992,02	9.962,00	11.548,00	12.878,52	14.446,68	17.783,32	19.939,47	22.509,40	23.470,48

Fonte: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2016.

Nota: Série 2010 - 2013 sob a nova metodologia.

O PIB per capita goiano no ano de 2013 atingiu R\$ 23.470,48, ante R\$ 7.937,00 em 2003, com uma taxa de crescimento real de 195,70% em relação ao ano de 2003, e crescimento nominal de 11,73% . O PIB per capita resulta do quociente entre o valor do PIB de Goiás e a sua população residente.

Segundo Arriel (2010), a ocupação e a transformação da estrutura produtiva, contou com diversas políticas de desenvolvimento regional, através de investimentos e incentivos públicos que favoreceram, na maior parte, a implantação e modernização da agricultura moderna, a entrada de novos produtos agrícolas com exigência de uma melhoria nas tecnologias

existentes no Estado para trabalhar com estes novos, exerce influência ocupando o espaço das bases culturais tradicionais que eram predominantes.

Em 2013, a economia passou por um momento favorável, quando a atividade de construção civil foi influenciada por um conjunto de fatores que deram maior dinâmica ao setor, tais como: obras de infraestrutura realizada no Estado, a continuidade de programas como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e programas de cunho estadual como o Rodovia, voltado para reconstrução e pavimentação de rodovias goianas.

É importante destacar que a participação da indústria goiana na indústria nacional, de 12,87%, é superior à representação do PIB goiano no PIB do país, de 3,1%, conforme tabela 3 abaixo. Isto demonstra o processo de fortalecimento da indústria goiana a cada ano (IMB, 2013).

TABELA 3 – GOIÁS: PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS GOIANA NO PIB NACIONAL – 2003 – 2013.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	12,5	14,0	15,1	18,7	18,3	17,2	13,4	10,3	11,0	12,8	14,0
Indústria	21,9	24,0	24,4	23,9	23,2	25,0	26,0	26,5	27,0	26,2	27,0
Indústria extrativa	1,5	1,7	1,2	1,0	0,9	1,0	0,8	0,7	1,7	1,1	1,3
Indústria de transformação	11,4	11,5	11,2	11,9	12,2	12,3	13,9	14,5	13,6	13,8	15,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana.	3,9	4,1	5,3	5,1	5,5	6,1	5,3	5,1	5,3	5,2	4,1
Construção civil	5,1	6,8	6,7	6,0	4,7	5,5	5,9	6,1	6,4	6,1	6,4
Serviços	65,7	62,0	60,5	57,4	58,5	57,9	60,7	63,2	62,0	61,0	59,0
Comércio	12,1	12,0	13,0	11,4	14,0	13,4	13,2	14,5	14,6	15,3	15,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados.	3,3	3,7	3,8	4,3	4,2	3,8	4,5	4,8	5,1	4,2	4,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	15,0	14,1	13,3	13,1	13,2	13,3	14,3	14,5	14,3	14,2	12,9
Outros serviços	35,3	32,3	30,4	28,5	27,2	27,3	28,6	29,4	28,0	27,2	26,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Imb, 2016.

Com relação às políticas de incentivos fiscais nota-se a atuação enfática do Estado no objetivo de proporcionar meios e mecanismos para desenvolvimento das estruturas produtivas goianas, juntamente com a atuação voltada a transformação ao perfil econômico goiano através da inovação tecnológica e modernização da agricultura. As políticas públicas de incentivos fiscais proporcionaram o alcance da modernização na agricultura e direcionou está à integração com a indústria. Para Estevam (2004), o foco brasileiro em acelerar o processo de modernização da agricultura era de grande interesse para o Estado brasileiro com fim de elevar a oferta de alimentos no mercado consumidor o qual crescia em ritmo acelerado o que era muito bom para economia brasileira.

Analisando a balança comercial goiana através dos dados apresentados na tabela 4, observasse o quanto Goiás tem aumentado seus níveis de exportação no decorrer dos anos. Na balança comercial goiana, as exportações no ano de 2013 cresceu 133,82% em comparação ao

ano de 2003, com o valor de US\$ 726.415.101 em 2003, frente a 2.202.621.870 em 2013. Com um crescimento médio anual de US\$ 147.620.677 milhões. Os principais produtos exportados em 2013 foram commodities do complexo de soja, carne (carne bovina) e de minério (ferroligas), e ainda o milho e seus derivados tiveram destaques nas exportações naquele ano. As importações totalizaram US\$ 4,840 bilhões em 2013, apresentando um aumento de 4.463.280.025 ante 2003, com valor um total de US\$ 376.772.050. O saldo da balança comercial goiana foi de US\$ 2,20 bilhões e a corrente de comércio somou US\$ 11,883 bilhões.

TABELA 4 - ESTADO DE GOIÁS: BALANÇA COMERCIAL - 2003 - 2013.

Ano	Exportação		Importação		Saldo	Corrente de Comércio
	US\$ FOB	Peso Líq (Kg)	US\$ FOB	Peso Líq (Kg)	US\$ FOB	US\$ FOB
2003	1.103.187.151	3.654.511.549	376.772.050	832.868.687	726.415.101	1.479.959.201
2004	1.413.115.385	3.815.256.419	625.712.420	1.318.114.904	787.402.965	2.038.827.805
2005	1.817.392.930	5.260.700.084	724.008.810	1.051.736.701	1.093.384.120	2.541.401.740
2006	2.093.110.708	4.798.340.456	992.574.349	983.813.368	1.100.536.359	3.085.685.057
2007	3.184.780.418	5.430.256.348	1.701.925.252	1.469.665.254	1.482.855.166	4.886.705.670
2008	4.090.520.375	5.439.986.877	3.050.197.095	1.614.553.062	1.040.323.280	7.140.717.470
2009	3.614.963.748	5.372.521.799	2.852.730.347	1.154.340.469	762.233.401	6.467.694.095
2010	4.044.660.617	5.861.541.670	4.175.264.616	1.631.556.779	-130.603.999	8.219.925.233
2011	5.605.193.073	6.398.751.358	5.728.434.494	2.159.277.021	-123.241.421	11.333.627.567
2012	7.314.578.250	9.892.190.482	5.124.612.150	1.944.064.869	2.189.966.100	12.439.190.400
2013	7.042.673.945	9.615.921.365	4.840.052.075	2.237.308.744	2.202.621.870	11.882.726.020

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Elaboração: SEGPLAN-GO / IMB / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2013.

Nota: Dados preliminares a partir de 2003.

4.3 Indicadores Sociais

Hirschman (1958 apud SILVA, 2005, p. 44), salienta que, atreladas às ideias de transformação social, existem dois tipos de pensamento que contribuem de forma negativa para o processo de desenvolvimento econômico em regiões de subdesenvolvimento: as “expectativas exageradas” e a “preferência pela liquidez”.

Ainda segundo, Hirschman (1958 apud SILVA, 2005), um pensamento leva a outro, uma vez que as “expectativas exageradas”, a ideia de que o retorno do investimento em determinada atividade deveria acontecer rapidamente, causa o pensamento de “preferência pela liquidez”, ao passo que os investimentos deveriam ser direcionados para atividades econômicas com resposta rápidas, em razão de projetos mais promissores para a sociedade.

Diante disso, Hirschman faz um diagnóstico do subdesenvolvimento e chega a uma conclusão interessante que permitiu uma mudança significativa na forma de se analisar o

desenvolvimento econômico, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Segundo ele, “há uma falta de capacidade de se tomar decisões nessas sociedades”. O assunto tratado pelo reflete a capacidade goiana em gerir políticas necessárias às regiões subdesenvolvidas em Goiás, a tomada de decisões frente a um contingente de menor expressão que exigirá uma espera maior por parte das regiões a serem estruturadas e estimuladas a se encaixarem no modelo de desenvolvimento vivido pelo Estado.

Assim, o autor, na evidencia a busca de mecanismos capaz de induzir as sociedades subdesenvolvidas a desenvolver a capacidade de tomar decisões no que tange à escolha de investimentos que, desencadeiem o processo de desenvolvimento. No que se refere ao processo de desenvolvimento goiano vale ressaltar a capacidade de acertos a qual o Estado teve ao estimular o processo de desenvolvimento através de políticas de incentivos fiscais, atraindo diversos investimentos para o Estado.

O IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice síntese que busca captar o nível de Desenvolvimento Humano alcançado em uma localidade, levando em consideração três dimensões básicas: a saúde, a educação e a renda. O índice é uma média simples dos subíndices encontrados para cada uma dessas dimensões (longevidade, educação e renda). Inicialmente desenvolvido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para comparação internacional, foi adaptado, no Brasil, para o nível municipal e, para reforçar este aspecto, é denominado IDH-M. Abaixo na tabela 5 podemos observar os últimos apontamentos referentes ao IDH-M do Estado de Goiás.

TABELA 5 – ESTADO DE GOIÁS: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR UNIDADE DE FEDERAÇÃO – 1991, 2000 e 2010.

Unidade da federação	IDH-M					
	1991	Ranking	2000	Ranking	2010	Ranking
Brasil	0,492		0,612		0,727	85º
Distrito Federal	0,616	1º	0,725	1º	0,824	1º
São Paulo	0,578	2º	0,702	2º	0,783	2º
Santa Catarina	0,543	4º	0,674	3º	0,774	3º
Rio de Janeiro	0,573	3º	0,664	4º	0,761	4º
Paraná	0,507	6º	0,650	6º	0,749	5º
Rio Grande do Sul	0,542	5º	0,664	4º	0,746	6º
Espírito Santo	0,505	7º	0,640	7º	0,740	7º
Goiás	0,487	9º	0,615	9º	0,735	8º
Minas Gerais	0,478	10º	0,624	8º	0,731	9º
Mato Grosso do Sul	0,488	8º	0,613	10º	0,729	10º
Mato Grosso	0,449	13º	0,601	11º	0,725	11º
Amapá	0,472	11º	0,577	13º	0,708	12º
Roraima	0,459	12º	0,598	12º	0,707	13º

Tocantins	0,369	25º	0,525	18º	0,699	14º
Rondônia	0,407	19º	0,537	17º	0,690	15º
Rio Grande do Norte	0,428	16º	0,552	14º	0,684	16º
Ceará	0,405	20º	0,541	16º	0,682	17º
Amazonas	0,430	15º	0,515	22º	0,674	18º
Pernambuco	0,440	14º	0,544	15º	0,673	19º
Sergipe	0,408	18º	0,518	19º	0,665	20º
Acre	0,402	21º	0,517	21º	0,663	21º
Bahia	0,386	22º	0,512	23º	0,660	22º
Paraíba	0,382	23º	0,506	24º	0,658	23º
Pará	0,413	17º	0,518	19º	0,646	24º
Piauí	0,362	26º	0,484	25º	0,646	24º
Maranhão	0,357	27º	0,476	26º	0,639	26º
Alagoas	0,370	24º	0,471	27º	0,631	27º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - IPEA/PNUD/Fundação João Pinheiro.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2014.

Classificação segundo IDH: Muito Alto (acima de 0,800)
 Alto (de 0,700 a 0,799)
 Médio (de 0,600 - 0,699)
 Baixo (de 0,500 a 0,599)
 Muito Baixo (de 0 a 0,500)

De acordo com os dados observados na tabela 5, os resultados referentes ao IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano) goiano em 2010, colocou o Estado na 8ª posição nacional, com índice de 0,735, acima do índice nacional de 0,727. Goiás apresentou uma melhora no IDH-M de 2010 que foi suficiente para assegurar uma posição acima no ranking nacional em relação ao último de apontamentos do IDH-M em 2000, o qual tinha ficado na 9ª posição. As dimensões IDH-M longevidade e o IDH-M educação ficaram acima da média nacional se comparada aos demais estados brasileiros, com os valores de 0,827 e 0,646, respectivamente.

A tabela 6 abaixo, apresenta os valores do Índice de Gini para o PIB e Valor Adicionado da Agropecuária, Administração Pública, Indústria e Serviços do ano de 2010 a 2013. Nota-se que a Agropecuária é a atividade de menor grau de concentração dentre os indicadores analisados na tabela, apesar dos valores estarem situados acima de 0,6, o que indica concentração moderada. Isso se deve ao perfil produtivo dos municípios goianos, voltado ao agronegócio, atividade marcante na grande maioria dos municípios do Estado.

TABELA 6 – ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - GOIÁS – 2010-2013.

ANO	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
2010	0,63	0,88	0,82	0,80
2011	0,62	0,87	0,82	0,80
2012	0,64	0,87	0,82	0,80
2013	0,63	0,86	0,82	0,79

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2015

Em contrapartida em relação ao desenvolvimento, o subdesenvolvimento de acordo com Souza (1999), é a elevação do crescimento demográfico superior ao crescimento econômico, tendo como consequência a inversão do processo de desenvolvimento econômico e social de uma economia: aumento da pobreza, concentração de renda, desemprego, aumento das taxas de analfabetos, aumento da criminalidade e sistema de saúde precário.

O emprego formal goiano vinculado às contratações do mercado de trabalho, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no ano de 2013 foram criadas 60.831 novas vagas no mercado formal em Goiás. No confronto com o ano 2003, o estoque de empregados no Estado cresceu 193,24%, conforme dados da tabela 7 abaixo.

TABELA 7 - ESTADO DE GOIÁS: SALDO DO EMPREGO FORMAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS- 2003-2013.

Ano	Total das Atividades	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	S.I.U.P.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
2013	60.831	-70	10.816	1.018	4.134	14.079	25.782	-18	5.090
2012	66.230	600	14.341	1.036	6.739	13.388	26.651	89	3.386
2011	69.552	729	11.936	238	5.019	16.450	28.936	253	5.991
2010	83.975	1.065	21.134	-749	10.321	20.556	27.378	622	3.648
2009	34.404	-79	5.262	-15	4.762	6.723	18.297	83	-629
2008	47.347	352	4.736	489	8.711	12.001	17.624	18	3.416
2007	41.153	437	12.430	54	5.000	9.916	10.604	119	2.593
2006	21.061	460	9.781	-758	-658	6.987	5.264	14	-29
2005	31.672	449	7.095	421	3.690	7.300	12.097	-81	701
2004	37.253	447	12.419	481	1.578	9.180	11.171	-43	2.020
2003	20.744	370	3.071	78	360	7.855	5.593	307	3.110
Total	514.222	4.760	113.021	2.293	49.656	124.435	189.397	1.363	29.297

Fonte: CAGED Lei 4.923/65 - MTE.

A taxa média de desocupação (indicador que mede o desemprego), medida pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo IBGE foi estimada em 5,40% para Goiás em 2013, ante ao valor registrado de 7,02%, no ano de 2003. O setor que mais gerou empregos formais foi o setor de serviços com um total de 189.397 empregos gerados

entre 2003 e 2013, seguido pelo setor do comércio e indústria de transformação com respectivamente 124.435 e 113.021.

Observa-se neste contexto o constante aumento de geração de empregos em Goiás do ano de 2003 até 2013, a tabela reflete o processo de industrialização do Estado tendo como consequência a demanda maior por mão de obra no mais diversos setores da economia goiana, devido a articulação econômica existente entre ambos. No entanto, apesar das participações diversificadas dos setores da economia goiana, o maior gerador de riqueza e empregos ainda é o setor de serviços na maior parte dos municípios goianos.

De acordo com o MTE e a RAIS, a renda do trabalho está constituída de salários (não incluindo 13º salário, férias e participação nos lucros do empregador) e o rendimento de empreendimento como conta-própria ou como empregador. Considerando apenas a renda da ocupação principal de cada trabalhador ou empregador, a remuneração média no estado de Goiás entre 2003 e 2013 foi de R\$ 1177,82. A renda do trabalho cresceu cerca de 38% no Estado se comparado ao ano de 2003.

TABELA 8 – GOIÁS - RENDIMENTO MÉDIO (R\$) – 2003 – 2013.

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Goiás	699,3	771,3	845,25	947,2	1.028,24	1.106,26	1.206,08	1.330,82	1.467,99	1.704,53	1.849,14

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Relação Anual das Informações Sociais - RAIS

Segundo dados do IMB (2013), a taxa de fecundidade (nº médio de nascidos vivos por mulher) caiu de 1,91 em 2003, para 1,66 em 2013, ficando abaixo da média nacional (1,77) e da Região Centro-Oeste (1,74), conforme tabela 9 abaixo.

TABELA 9 – GOIÁS, CENTRO-OESTE e BRASIL: TAXA DE FECUNDIDADE – 2003 – 2013.

Especificação	Taxa de fecundidade total (1)										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Goiás	1,91	1,9	1,89	1,87	1,85	1,81	1,77	1,74	1,71	1,68	1,66
Centro-Oeste	2,03	2,01	2	1,97	1,93	1,89	1,86	1,83	1,8	1,77	1,74
Brasil	2,06	2,04	2,03	2,01	1,99	1,95	1,91	1,87	1,83	1,8	1,77

Fonte: IBGE / Projeção 2013 – Indicadores 2000 - 2030.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2014.

(1) nº médio de nascidos vivos por mulher.

Na tabela 10 abaixo podemos ver os últimos apontamentos referente a taxa bruta de mortalidade (nº de óbitos por 1.000 habitantes), esta aumentou de 3,91 óbitos/1.000 hab. em 2003 para 5,76 óbitos/1.000 hab. em 2013.

TABELA 10 – ESTADO DE GOIÁS: TAXA BRUTA DE MORTALIDADE – 2003 – 2013.

Especificação	Taxa bruta de mortalidade (1)										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Goiás	3,91	5,29	5,37	5,41	5,49	5,52	5,56	5,6	5,65	5,7	5,76
Centro-Oeste	5,22	5,21	5,2	5,21	5,2	5,2	5,21	5,23	5,25	5,29	5,33
Brasil	6	6,02	6,03	6,02	6,1	6,07	6,05	6,03	6,02	6,03	6,04

Fonte: IBGE / Projeção 2013 – Indicadores 2000 - 2030.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2014.

(1) nº de óbitos por 1.000 habitantes.

Porém a de mortalidade infantil (nº de óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos) diminuiu de 20,01 óbitos infantis/1.000 hab., em 2003, para 16,24 em 2013, conforme tabela 11 abaixo.

TABELA 11 – GOIÁS, CENTRO-OESTE E BRASIL: MORTALIDADE INFANTIL – 2003 – 2013.

Especificação	Taxa bruta de mortalidade infantil (1)										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Goiás	20,01	19,82	19,53	19,4	19,36	18,8	18,24	17,71	17,2	16,71	16,24
Centro-Oeste	19,36	19,23	18,98	18,7	18,53	18	17,48	16,99	16,51	16,04	15,6
Brasil	21,7	21,5	21,1	20,6	19,98	18,99	18,07	17,22	16,43	15,69	15,02

Fonte: IBGE / Projeção 2013 – Indicadores 2000 - 2030.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2014.

(1) nº de óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos.

A esperança de vida ao nascer em Goiás é de 73,7 anos e está um pouco abaixo da média nacional de 74,8 anos, colocando o Estado em 11º lugar na classificação nacional, conforme dados da tabela 9 abaixo.

TABELA 12 - ESTADO DE GOIÁS: ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER – 2003 – 2013.

Ano	Esperança de vida ao nascer (em anos)										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Homens	70	70,1	70,2	70,5	70,7	70,8	70,7	70,1	70,3	70,4	70,6
Mulheres	77,3	77,8	77	77,5	77,8	77,2	77,3	76,4	76,6	76,8	77

Fonte: IBGE / Projeção 2013 – Indicadores 2000 - 2030.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2014.

Com relação a habitação em Goiás, segundo IMB (2014), havia em Goiás em 2003, 1,106 milhões de domicílios particulares permanentes, sendo a maioria deles próprios (727 mil), além de 274 mil alugados, 107 mil cedidos e 9 mil sob outras condições de ocupação (0,8%), ante a

aproximadamente 2,100 milhões em 2013. A maior parte desses domicílios está na zona urbana, enquanto na zona rural com uma contingência menor (Tabela 13).

TABELA 13 – GOIÁS: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (MORADIA) – 2003 a 2013. (Em mil)

Especificação	Domicílios particulares permanentes				
	Total	Próprios	Alugados	Cedidos	Outras Formas de ocupação
2003	1.108	727	274	107	9
2004	1.398	870	371	157	51
2005	1.690	1.050	478	162	46
2006	1.750	1.155	440	155	52
2007	1.820	1.240	450	130	62
2008	1.860	1.270	440	150	65
2009	1.890	1.290	430	170	70
2010	1.886	1.300	451	135	70
2011	2.036	1.356	462	150	100
2012	2.098	1.378	468	153	99
2013	2.170	1.413	479	168	110

Fonte: IBGE / PNAD.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2014.

Nota: Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, pelo IBGE, incluindo a tendência 2000-2010.

No início dos anos de 1980, o aumento do êxodo rural é reflexo do processo de modernização da agricultura, com a modernização da agricultura a aplicação de mão-de-obra passa a ser substituída por máquinas e equipamentos, a oferta de trabalho no campo é reduzida, assim estes indivíduos buscam nas cidades goianas que passam por um momento de estruturação novas oportunidades. Nessa época os programas estaduais entram no contexto da economia goiana com o propósito de atrair investimentos, o que favorece de maneira expressiva a instalação de complexos industriais em Goiás (SILVA, 2007).

O processo migratório, o aumento da infraestrutura demanda pela capital federal, as políticas públicas e os incentivos fiscais contribuíram ao Estado de Goiás. Com todo esse processo de transformação e desenvolvimento os primeiros resultados começam a surgir a partir da década de 90, a economia goiana começa a apresentar resultados positivos, alcançando resultados superiores à média nacional. A partir de tal acontecimento as taxas de crescimento goiano, tem sido acima da média nacional, expressão destes resultados é verificado através da participação de Goiás no PIB nacional. A agricultura contribui para os bons resultados da economia goiana, o Estado está entre os maiores produtores de grãos e produtos como: soja, milho, sorgo, feijão, cana-de-açúcar e algodão; na pecuária a participação é destacada através

do rebanho bovino, produção de leite, de suínos e frangos. Estes dois últimos mencionadas conquistaram a partir da instalação do complexo industrial em Rio Verde.

As instalações de grandes complexos industriais se deram a partir do ano 2000, atraídas pelos programas de incentivos fiscais do governo estadual o PRODUZIR E MICRO PRODUZIR. As empresas traziam seus projetos, estes eram analisados como forma de investimento e desenvolvimento para Estado e em troca o governo oferecia a isenção fiscal, o carro chefe do governo era o não recolhimento do ICMS durante um período de 15 anos com prazo limite podendo ser estendido por mais 5 anos, até o ano de 2020, o governo financiava as parcelas mensais de ICMS, de 73% até 90%, em relação as empresas beneficiadas respectivamente pelos programas.

Ou seja, o recolhimento mensal do Estado passa a ser, de 27% e 10%, respectivamente, do ICMS devido pelas empresas ao Estado. O programa PRODUZIR e MICROPRODUZIR concentrou-se seus investimentos na metade sul do Estado – as microrregiões de Anápolis e Goiânia receberam concentraram a maior parte dos incentivos (81% do investimento fixo e 60% dos empregos) – usufruindo de maneira dos programas criados pelo governo, no entanto a região norte, recebeu somente 23% dos incentivos fiscais para crescimento e desenvolvimento das regiões de forma que a estimativa de geração de emprego seria de 18% do total de empregos do Estado contra 82% do Sul (PASCHOAL, 2001).

O processo de concentração econômica é fruto do processo de formação do Estado. A diferença de perfis entre as regiões goianas impacta diretamente no desenvolvimento do Estado, pois as mesmas geram diferentes atrativos aos investidores devido as características naturais e econômicas que estas podem disponibilizar. Porém, para diminuição das desigualdades das regiões goianas são necessárias políticas públicas que proporcionem o desenvolvimento das regiões menos favorecidas no Estado, para que o crescimento econômico aconteça de forma equilibrada.

O PIB goiano cresceu no período entre, 2003 e 2013, a modernização e inovação tecnológica observada nos meios de manipulação da agricultura e expansão do setor de serviços contribuíram para o alcance desses resultados. O contexto histórico de formação da economia goiana; os investimentos direcionados ao setor público e privado; a localização estratégica do Estado na estrutura logística do processo de escoamento da produção; as indústrias de capital intensivo que foram se instalando no Estado são fatores reforçam o processo de desenvolvimento goiano no decorrer da história, mas as condicionantes ao desenvolvimento goiano se deparam com bastantes obstáculos devido à falta de equilíbrio econômico entre as demais regiões, causando desta forma um desnivelamento econômico e estrutural.

O processo de desenvolvimento goiano experimentado nos últimos 60 anos, refere-se ao que se defende como forma de desenvolvimento regional, pois a maneira como acontece revela uma forma de desenvolvimento preocupado com a infraestrutura voltada às atividades complementares de acordo com os perfis produtivos das regiões goianas, estas passaram e passam por transformações contínuas para adequação e alocação de investimentos para desencadear de forma constante o processo de desenvolvimento econômico e estrutural da região (PASCHOAL, 2001).

Os desníveis como já citado é algo inerente ao processo, porém estes podem ser contornados através de planejamentos e políticas de desenvolvimento para as regiões com menor participação no PIB do Estado, com investimentos canalizados para as regiões as quais houveram uma menor concentração de recursos e incentivos refletindo assim no processo de desconcentração de capital.

De acordo com Paschoal (2001), a falta de integração entre as regiões e o desnivelamento das regiões gera problemas crônicos ao processo de desenvolvimento em Goiás, pois constata-se a necessidade de uma maior atenção por parte da gestão do governo em favorecer estas regiões, e ao mesmo tempo prestar os serviços necessários as regiões as quais estão instalados complexos industriais. O conflito gerado a partir desta falta de interação é de ordem econômico-financeira e social. No campo econômico e financeiro há baixa movimentação econômica dos municípios, isto limita despesas nominais per capita em educação, saúde, segurança e infraestrutura; no campo social o nível empregatício é baixo e como consequência a dependência da população por programas sociais aumenta, forçando às pessoas a migrar para os pólos desenvolvidos na busca de melhores oportunidades.

O processo de desenvolvimento goiano é de forma geral articulado por uma série de questões na busca de respostas capazes de solucionar os conflitos, problemas, questionamentos que surgem no decorrer do desenvolvimento de determinada região, a atribuição destes acontece através dos desencadeamentos ocorridos durante o processo. Hirschman (1958 apud SILVA, 2005, p. 44), contudo, considera e define a ideia certa de transformação social, isto é, aquela em que há uma “conciliação entre a atividade empreendedora individual e a capacidade de cooptação e inclusão social no processo de desenvolvimento, de modo que se percebessem os benefícios mútuos de tal cooperação para o bem de toda a sociedade”.

O desenvolvimento deve contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Deve garantir que todos terão suas necessidades humanas básicas atendidas: isso significa o provimento não apenas de alimentos e vestuário, mas também de moradia, saúde, educação, saneamento, transporte coletivo. Esta proposição simples, mas poderosa, é frequentemente

esquecida na busca de riqueza material e nas preocupações convencionais da economia. A literatura inicial sobre desenvolvimento enfatiza o crescimento econômico e o acúmulo de capital em um nível macro. A literatura contemporânea do desenvolvimento destaca o aumento da eficiência econômica e da produtividade em um nível micro. A industrialização sempre foi vista como um atributo essencial do desenvolvimento. A ênfase simplesmente passou do ritmo da industrialização para sua eficiência. A suposição subjacente é que o crescimento e a eficiência econômica não são apenas necessários, mas também suficientes para trazer uma melhora nas condições de vida da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o desempenho da economia goiana no período de 2003 a 2013 – superior ao da economia brasileira – foi impulsionado, em especial, pelo dinamismo do comércio, da indústria de transformação e do setor de serviços. É importante ressaltar que a indústria do estado está concentrada em segmentos da cadeia produtiva do setor agropecuário, que mesmo apresentando redução na participação da atividade econômica do estado no período analisado. Essa característica favoreceu a economia local nos últimos anos, dado o dinamismo do setor agropecuário e a sua menor aderência às oscilações do ciclo econômico, particularmente em momentos de retração da atividade econômica.

A atenção maior recai sobre as políticas econômicas adotadas pelo Estado, principalmente a política monetária e a política fiscal. A razão da menor atenção dada ao papel institucional do Estado é resultado de abordagens em que qualquer intervenção do Estado na economia é percebida como essencialmente nociva ao bom funcionamento do sistema econômico, causando distorções. Contudo, é muito frágil teoricamente a ideia de uma sociedade com sua atividade econômica articulada única e exclusivamente por meio de mercados, ainda que esses mercados sejam todos perfeitamente competitivos.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás cresceu, em média, 4,8% a.a. no período de 2003 a 2013, superior registrado pela economia brasileira, que foi de 3,4% a.a. em média. Nesse contexto, a participação do PIB goiano no PIB do Brasil passou de 2,5%, em 2003, para 2,8% em 2013. O PIB per capita do Estado no ano de 2013 atingiu R\$ 23.470,48, ante R\$ 7.937,00 em 2003, com uma taxa de crescimento nominal de 195,70% em relação ao ano de 2003, e crescimento anual de 11,45%. No período de 2003 a 2013 expandiu R\$ 15.533,48.

A participação da indústria goiana na indústria nacional, é de 12,87%, é superior à representação do PIB goiano no PIB do país, de 3,1%.

Na balança comercial goiana, as exportações no ano de 2013 cresceu 133,82% em comparação ao ano de 2003, com o valor de US\$ 726.415.101 em 2003, frente a 2.202.621.870 em 2013. Com um crescimento médio anual de US\$ 147.620.677 milhões. Os principais produtos exportados em 2013 foram commodities do complexo de soja, carne (carne bovina) e de minério (ferroligas), e ainda o milho e seus derivados tiveram destaques nas exportações naquele ano.

As importações totalizaram US\$ 4,840 bilhões em 2013, apresentando um aumento de 4.463.280.025 ante 2003, com valor um total de US\$ 376.772.050. O saldo da balança comercial goiana foi de US\$ 2,20 bilhões e a corrente de comércio somou US\$ 11,883 bilhões.

Na criação de empregos formais, os resultados demonstram uma taxa média de desocupação (indicador que mede o desemprego), estimada em 5,40% para Goiás em 2013, ante ao valor registrado de 7,02%, no ano de 2003. O setor que mais gerou empregos formais foi o setor de serviços com um total de 189.397 empregos gerados entre 2003 e 2013.

A remuneração média no estado de Goiás entre 2003 e 2013 foi de R\$ 1177,82. A renda do trabalho cresceu cerca de 38% no Estado se comparado ao ano de 2003.

Os indicadores que avaliam o desenvolvimento social como IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano) de 2010 colocou o Estado na 8ª posição nacional, com índice de 0,735, acima do índice nacional de 0,727. O Índice de Gini com resultados situados acima de 0,6, o que indica concentração moderada de renda na economia goiana.

A taxa de fecundidade (nº médio de nascidos vivos por mulher) caiu de 1,91 em 2003, para 1,66 em 2013, ficando abaixo da média nacional (1,77) e da Região Centro-Oeste (1,74). A taxa bruta de mortalidade (nº de óbitos por 1.000 habitantes) aumentou de 3,91 óbitos/1.000 hab. em 2003 para 5,76 óbitos/1.000 hab. em 2013.

A mortalidade infantil (nº de óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos) diminuiu de 20,01 óbitos infantis/1.000 hab., em 2003, para 16,24 em 2013.

A esperança de vida ao nascer em Goiás é de 73,7 anos e está um pouco abaixo da média nacional de 74,8 anos, colocando o Estado em 11º lugar na classificação nacional.

Com relação a habitação em Goiás, havia em Goiás em 2003, 1,108 milhões de domicílios particulares permanentes, sendo a maioria deles próprios (727 mil), além de 274 mil alugados, 107 mil cedidos e 9 mil sob outras condições de ocupação, ante a aproximadamente 2,100 milhões em 2013. A maior parte desses domicílios está na zona urbana, enquanto na zona rural com uma contingência menor.

Este progresso na economia goiana é fruto de investimentos privados, contínuos, e apoio do governo em todos os setores produtivos, com destaque para as atividades agropecuárias e minerais voltadas para a produção de commodities.

No atual cenário da economia nacional, como já é de largo conhecimento, o estado de Goiás tem sobressaído ao apresentar contínuo crescimento econômico. Mas, o mais importante, há fortes indícios de que crescimento e desenvolvimento econômico caminham juntos no Estado.

Assim, pode-se notar ao longo dos anos em que a economia goiana apresentou taxas de crescimentos acima da média nacional, que houve também mudanças estruturais no Estado, com isso abrem-se novas oportunidades, melhorando a competitividade de Goiás, tornando-o

referência na atratividade de novos investimentos e contribuindo para a continuidade do desenvolvimento.

Porém, para a continuidade desses indicadores favoráveis, é preciso empreender políticas de investimentos voltadas à infraestrutura, assim como a continuidade dos incentivos fiscais e financeiros, para que o Estado se torne cada vez mais atrativo ao investimento privado. Além disso, são necessárias políticas públicas direcionadas, principalmente ao capital humano, área em que o Estado ainda mostra deficiência, para que continue sua trajetória de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

AMARAL, E. F. de L. Funções de Migração por Idade e Caracterização de Migrantes das Microrregiões de Goiás e Distrito Federal 1975-1979 e 1986-1990.

ARRIEL, M. F.; CASTRO, S. D. de. A dinâmica da indústria goiana. *Conjuntura econômica goiana*, n. 31, 2014. Disponível em: < <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj31/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BORGES, Barsanulfo Gomides. O despertar dos dormentes – estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: Cegraf. 1990.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Notas para uso curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho, 2008.

BRUM, Adriana Kirchof de; MOURA, Airton Pinto de. Políticas públicas e o papel do Estado sobre o desenvolvimento econômico. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/ecaeco/article/viewFile/4364/1893>> Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

CORAZZA, Gentil. Teoria econômica e Estado (de Quesnay a Keynes). Porto Alegre, RS – N°. 11 – Maio, 1986.

CORREIA, Salatiel Pedrosa Soares. A Construção de Goiás: ensaio do desenvolvimento político e regional. Goiânia: Ed. da UCG. 2006.

Desenvolvimento e Planejamento Regional. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG. UFMG/FACE/CEDEPLAR 2002.

DULCI, O. S. Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. N°18. Junho 2002. p.95-107.

ESTEVAM, Luís. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FIANI, Ronaldo. Crescimento econômico e liberdade: a economia política de Douglass North. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n°. 1, 2002.

GIAMBIAGI, F., ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4. ed rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Goiás. Lei n°. 13.591 de 18 de Janeiro de 2000. Cria o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR).

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. (1958) – *The Strategy of Economic Development*. New Haven, Yale University Press.

HODGSON, Geoffrey (1993) – “Institutional Economics: Surveying the ‘old’ and the ‘new’”. *Metroeconomica*, vol. 44, N° 1:1-28. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/download/65257/67862>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.

KRUGMAN, Paul. *Economia internacional* (1999) Com Maurice Obstfeld. São Paulo: Makron Books. 8ª edição (2010) São Paulo: Pearson.

FURTADO, Celso M. *Formação econômica da América Latina*. RJ, Lia Editora, 1969.

KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. *American Economic Review*, v. 45, p. 1-28, 1955.

LABAIG, H.C. O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista do Sudoeste Goiano: 1960-1990. Dissertação de Mestrado, Goiânia: ICHL/UFG, 1995.

LEWIS, W. A. (1954) – “Economic Development with unlimited supplies of labour”. *The Manchester school*, vol. XXII, n° 2: 139-91.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1999.

MARX, Karl. *O capital*. Volume I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NASCIMENTO, S. P. do N. Guerra fiscal: uma avaliação com base no PIB, nas receitas de ICMS e na geração de empregos, comparando Estados participantes de não participantes. 2008. Tese (doutorado em economia) - Universidade de São Paulo, Piracicaba 2008.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 1991.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *História de Goiás*. 7ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, Ed. Vieira, 2008.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa – *O Papel do Fomentar no processo de estruturação industrial de Goiás – 1984 a 1999*. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado) _____ **PRODUTO INTERNO BRUTO**. In: **Produto interno bruto**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto>. Acesso em: 01 mar. 2019.

PYNDICK, Robert S. & RUBENFELD, Daniel L. *Microeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1994.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. (1943) – “*Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe*”. *Economic Journal*, Vol. 53, jun.-Set: 202-11.

ROSTOW, W. W. (1960) – *Les Étapes de la Croissance Économique*. Paris, Éditions du Seuil, 1963 [Edição original: *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge University Press].

RUTHERFORD, Malcolm. *Institutions in economics: the old and the new institutionalism*. Nova York: Cambridge University Press, 1999.

SAMUELS, Warren J. *O Estado atual da economia institucional*. *Cambridge Journal of Economics*, v.19, n.4, p. 569-590, 1995.

SCHUMPETER, Joseph A. *The Theory of Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 1961.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento com Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Afrânio de Oliveira. O desenvolvimento nas perspectivas de Amartya Sen e Albert Hirschman. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Numero4/Artigos/afranio.pdf> Acesso em 05 de março de 2019.

SILVA, F. D. S., BLAMIRE, D. Avifauna urbana no Lago Pôr do Sol, Iporá, Goiás, Brasil. *Lundiana, UFMG, Belo Horizonte*, volume 8, n. 1, p. 17-26, 2007.

SOUZA, Nali Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TÁPIA, J. R. B. & Giesteira, L. F. (2010). Estado e instituições no desenvolvimento econômico de países retardatários: limites e potencialidades de novas abordagens. In: Mancuso, W. P., Leopoldi, M. A. P. & Iglecias, W. (orgs.). *Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias* (pp. 59-90). São Paulo: Editora de Cultura.

TOYE, John (1993), [1987] – *Dilemmas of Development*. 2ª edição, Oxford, Blackwell.

VASCONCELOS, Antônio Sandoval de. *Economia Micro e Macro*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

WADE, Robert (1990) – *Governing the Market. Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialisation*. Princeton, Princeton University Press.